

OS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO MOVIMENTO DA CRUZ VERMELHA E DO CRESCENTE VERMELHO

ÉTICA E FERRAMENTAS PARA A AÇÃO HUMANITÁRIA




Federação Internacional das Sociedades
da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho



CICV

OS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO MOVIMENTO DA CRUZ VERMELHA E DO CRESCENTE VERMELHO

ÉTICA E FERRAMENTAS PARA A AÇÃO HUMANITÁRIA

 Federação Internacional das Sociedades
da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho

Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho
P.O. Box 303, 1211 Genebra 19, Suíça
T +41 22 730 42 22 E-mail: secretariat@ifrc.org www.ifrc.org



CICV

Comitê Internacional da Cruz Vermelha
19, avenue de la Paix
1202 Genebra, Suíça
T +41 22 734 60 01 F +41 22 733 20 57
Email: shop@icrc.org www.icrc.org
© CICV, junho de 2016

Por que precisamos dos
Princípios Fundamentais? 04

O nascimento dos
Princípios Fundamentais 08

As realidades da
guerra e das crises 14

Novos desafios 16

22

O princípio da

HUMANIDADE

O Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, que nasce da preocupação de prestar auxílio, sem discriminação, a todos os feridos nos campos de batalha, se esforça, nos âmbitos nacional e internacional, para evitar e reduzir o sofrimento humano em todas as circunstâncias. Visa proteger a vida e a saúde, assim como promover o respeito à pessoa humana. Favorece a compreensão mútua, a amizade, a cooperação e a paz duradoura entre todos os povos.

Princípios em ação:
faces da humanidade 30

33

O princípio da

IMPARCIALIDADE

Não faz nenhuma distinção de nacionalidade, raça, religião, condição social nem orientação política. Dedicar-se somente a socorrer os indivíduos na medida dos seus sofrimentos, atendendo às suas necessidades e dando prioridade às mais urgentes.

Princípios em ação:
imparcialidade em um
país dividido 39

40

O princípio da

NEUTRALIDADE

A fim de conservar a confiança de todos, o Movimento abstém-se de tomar parte em hostilidades ou em controvérsias, em qualquer momento, de ordem política, racial, religiosa e ideológica.

Princípios em ação: prestação
de assistência a todos na Somália 48

Princípios em ação:
neutralidade e comunidade 50

52

O princípio da

INDEPENDÊNCIA

O Movimento é independente. Auxiliares dos poderes públicos nas suas atividades humanitárias e submetidas às leis que governam os respectivos países, as Sociedades Nacionais devem, no entanto, conservar uma autonomia que lhes permita agir sempre segundo os princípios do Movimento.

O princípio da

VOLUNTARIADO

É um movimento de socorro voluntário e de caráter desinteressado.

62

Princípios em ação:
“Uma vez voluntário,
sempre voluntário” 69

O princípio da

UNIDADE

Em cada país só pode existir uma Sociedade da Cruz Vermelha ou do Crescente Vermelho, devendo ser acessível a todos e estender a sua ação humanitária a todo o território nacional.

70

Unidade: base para
a independência 76

O princípio da

UNIVERSALIDADE

O Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, em cujo seio todas as Sociedades Nacionais têm os mesmos direitos e o dever de se ajudarem mutuamente, é universal.

79

Princípios em ação: A história de
Sewarti: universalidade na prática 84

Princípios interconectados 87

Fontes e recursos 90

POR QUE PRECISAMOS DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS?

Imagine que você é um voluntário da Cruz Vermelha ou do Crescente Vermelho. O seu país atravessa uma guerra civil brutal e o seu trabalho é cuidar de qualquer pessoa que esteja doente ou ferida. Mas, para levar os pacientes ao hospital, você precisa conduzir a ambulância através uma série de postos de controle do governo e da oposição. No primeiro posto de controle, um soldado pergunta quem está dentro da ambulância. Ao saber que o paciente provém de uma área controlada pela oposição, ele nega o acesso e acusa você de “ajudar o inimigo”. O que você diz? Como o convence de que o seu trabalho é ajudar qualquer pessoa afetada pela guerra, sem importar de que lado está?

Agora imagine que há uma inundação catastrófica e você é responsável pela organização das equipes que distribuirão comida aos sobreviventes. Políticos e jornais pressionam a sua organização para que obtenha resultados e rápido. Também opinam sobre quem deveria receber a ajuda primeiro. Como você decide quem ajudar antes? Em se que baseia a sua decisão? Essas situações difíceis são comuns para os funcionários e voluntários da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho no mundo todo. Felizmente, o Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho elaborou sólidas ferramentas de ajuda.



Os Princípios Fundamentais são uma ferramenta importante para a obtenção do acesso às pessoas afetadas por conflitos e desastres, assegurando que todos saibam que a missão da organização é unicamente humanitária. Na imagem: comboio do CICV atravessa um posto de controle para evacuar vítimas de Dammaj, no Iêmen.

Os sete Princípios Fundamentais – humanidade, imparcialidade, neutralidade, independência, voluntariado, unidade e universalidade – são as mais importantes dessas ferramentas. Servem como inspiração – um ideal pelo qual se esforçar – e como passos práticos a tomar a fim de alcançar esse ideal em tempos de paz, conflitos armados ou desastres naturais. Os Princípios Fundamentais estabelecem que a Sociedade Nacional ajude primeiro os mais necessitados, independentemente da filiação política, raça ou religião, e tornam isto possível fornecendo orientações sobre como ganhar a confiança das pessoas em todas essas circunstâncias.

Quando os princípios são compreendidos e seguidos, os voluntários e funcionários do Movimento geralmente observam que as pessoas os deixam realizar o seu trabalho de ajuda aos necessitados, mesmo durante um conflito. No entanto, algumas vezes são retidos em postos de controle, detidos ou mesmo assassinados.

Por isso, é fundamental que as pessoas no mundo todo entendam os Princípios Fundamentais. Elas devem saber que a ajuda humanitária prestada pela organização não tem vinculações. Por exemplo, um grupo armado deve poder ter a confiança de que os delegados do CICV querem entrar no território que controlam exclusivamente para ajudar os necessitados, sem tomar partido. Do mesmo jeito, pessoas no mundo todo que doam tempo e dinheiro a uma Sociedade Nacional precisam saber que o seu apoio ajudará apenas os mais vulneráveis.

Os Princípios Fundamentais também são uma expressão dos valores e ideais em torno dos quais o Movimento se une. Acima de tudo, os Princípios são um chamado para que os voluntários e funcionários do Movimento entrem em ação, compelindo-os – como descreve o Princípio da Humanidade – a “evitar e reduzir o sofrimento humano em todas as circunstâncias.”

Mulher carrega alimentos distribuídos pelo Crescente Vermelho do Paquistão após inundações causadas por chuvas de monções.





As Sociedades Nacionais sempre devem respeitar os Princípios Fundamentais. Na imagem: voluntários da Cruz Vermelha Mexicana ajudam mulher após furacão de 2013.

Por que fundamentais?

Os Princípios Fundamentais explicam porque o Movimento existe. Embora os Princípios expressem a visão da organização, não são dogmas nem simplesmente um conjunto de crenças nobres; em muitos aspectos, refletem os mais elevados ideais da humanidade – uma imagem das nossas aspirações mais humanas. Mas também são senso comum, padrões realistas que permitem levar a ajuda essencial às pessoas quando mais necessitam. Também mostraram-se eficazes reiteradamente em crises ao redor do mundo. Os Princípios modelam as decisões operacionais diárias da organização no terreno, assim como a estratégia de longo prazo. Influenciam o modo como os colaboradores estruturam a organização, trabalham com os demais e comunicam o que fazem. Juntos, os Princípios promovem a aceitação para as atividades humanitárias entre aqueles que, de outro modo, poderiam ser relutantes ou hostis.

Os Princípios Fundamentais são o resultado de mais de um século de experiência humanitária e reconhecidos pelo Direito Internacional Humanitário (DIH). Os Estados que firmaram as Convenções de Genebra de 1949, por exemplo, concordaram oficialmente que as Sociedades Nacionais “devem ser capazes de exercer as suas atividades em conformidade com os princípios da Cruz Vermelha”. Os Protocolos Adicionais a essas Convenções, firmados em 1977, comprometem os Estados a permitir que todos os componentes do Movimento – Sociedades Nacionais, CICV e Federação Internacional – realizem as atividades segundo esses Princípios, um compromisso reafirmado nos estatutos do Movimento em 1986.

Os Princípios não são relevantes apenas para o Movimento. Como vêm sendo eficazes ao longo do tempo, muitas organizações adotaram alguns deles. Em dezembro de 1991, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a resolução 46/182, que determina

que toda assistência humanitária da ONU seja “prestada em conformidade com os Princípios de humanidade, neutralidade e imparcialidade”. Humanidade, imparcialidade e independência também estão contidos no Código de Conduta no Socorro em Caso de Desastre para o Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho e as Organizações Não Governamentais, adotado por mais de 500 ONGs. Embora algumas organizações interpretem e apliquem esses princípios de forma diferente, os Princípios Fundamentais servem como inspiração não só para o Movimento, mas para todo o âmbito humanitário.

A PIRÂMIDE DE PICTET



Uma das principais pessoas que ajudaram a moldar os Princípios Fundamentais foi Jean Pictet, cujos comentários feitos em 1979 sobre eles ainda são utilizados. Pictet sugeriu que esses Princípios fossem dispostos em uma pirâmide. A humanidade está no topo, como princípio global e essencial, juntamente com a imparcialidade, que também influencia todos os outros princípios.

O NASCIMENTO DOS PRINCÍPIOS

No inverno de 1864, dois representantes do recentemente criado Comitê Internacional para Ajuda aos Militares Feridos (posteriormente, CICV), Charles Van de Velde e Louis Appia, dedicaram-se a descobrir como a assistência à saúde era organizada nos dois lados do conflito entre forças dinamarquesas e austro-prussianas. O Comitê havia sido estabelecido apenas um ano antes por cinco suíços, mais especificamente por Henry Dunant, um homem de negócios que ficou profundamente chocado pelo que tinha visto durante a Batalha de Solferino, no norte da Itália, em 1859 (veja a linha do tempo).

O campo de batalha serviu para testar uma nova ideia – a assistência à saúde neutra para todos os lados, prestada por voluntários que trabalhavam ao lado das forças militares. As temperaturas extremamente baixas não foram a única dificuldade que encontraram. As autoridades, a imprensa e os oficiais militares dinamarqueses eram abertamente céticos quanto à aquela missão “neutra”



O emblema da cruz vermelha foi usado pela primeira vez na guerra entre as forças dinamarquesas e austro-prussianas: dois representantes do que hoje é conhecido como CICV exibiram a cruz em uma braçadeira enquanto organizavam a assistência à saúde aos soldados feridos.

LINHA DO TEMPO DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS



24 de junho de 1859: Os exércitos da França, Sardenha e Piemonte combatem as forças da Áustria perto do povoado de Solferino, no norte da Itália. O homem de negócios suíço Henry Dunant testemunha as consequências sangrentas do confronto e ajuda a organizar ajuda para os soldados feridos de ambos os lados. Dunant retorna a Genebra empenhado em melhorar a sorte das pessoas feridas em batalha.

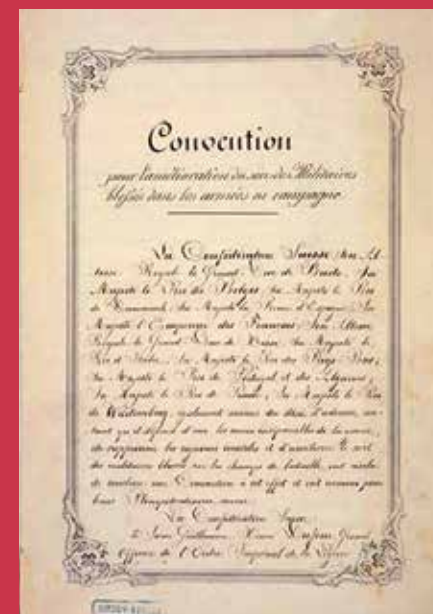


Após a Batalha de Solferino, Henry Dunant e moradores da cidade de Castiglione delle Stiviere se uniram em ajuda aos feridos.

1862: Dunant publica o livro *“Lembrança de Solferino”* e começa uma intensa campanha para ganhar apoio à ideia de um corpo de voluntários internacionais para prestar assistência aos soldados feridos na guerra.

17 de fevereiro de 1863: Criação do Comitê Internacional para Ajuda aos Militares Feridos, precursor do CICV e do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho. A primeira Sociedade Nacional da Cruz Vermelha é criada em Württemberg, hoje parte da Alemanha.

Agosto de 1864: O recém-criado Comitê propõe a primeira Convenção de Genebra, assinada por 16 Estados. Chamado oficialmente de Convenção para Melhoria das Condições dos Feridos e Enfermos das Forças Armadas em Campanha, o documento de dez artigos estabelece as bases para uma ação neutra e humanitária e insta as partes em conflito a respeitarem o pessoal de saúde. “Combatentes doentes ou feridos, qualquer que seja a nacionalidade a que pertençam, serão recolhidos e tratados”, diz a Convenção.





Federação Internacional

O Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho teve início na Europa Ocidental, mas rapidamente se espalhou pelo mundo. Em 1876, por exemplo, o Império Otomano adotou o Crescente Vermelho e, atualmente, as Sociedades Nacionais do Crescente Vermelho ajudam as pessoas necessitadas no mundo inteiro. Na imagem: Funcionário do Crescente Vermelho Turco distribui comida a pessoas deslocadas pelo conflito na Síria.

em um conflito no qual lutavam contra uma força de combate muito superior. Segundo a imprensa dinamarquesa, o Comitê deveria condenar a agressão austro-prussiana em vez de oferecer ajuda aos dois lados.

Os delegados foram, por fim, autorizados a organizar o atendimento aos soldados de ambos os lados nas linhas de combate. Embora a escala da operação de assistência tenha sido ofuscada pelo número de vítimas, mostrou que a ajuda podia ser prestada sem discriminação, até mesmo

durante uma guerra. Isto era inédito. Mas os esforços dos delegados foram limitados pela falta de entendimento das partes em conflito. “Isto certamente ilustra”, escreveu depois Van de Velde em apoio às novas normas “porque a resolução sobre a neutralidade dos auxiliares voluntários deve ser colocada em prática”.

Estabelecimento das bases

Mais tarde, em 1864, o Comitê reuniu representantes de 16 países, que assinaram a primeira Convenção de Genebra para a Melhoria das Condições dos Feridos e dos Enfermos das Forças Armadas em Campanha, instando todos os Estados signatários a respeitarem a neutralidade dos profissionais de saúde que tentavam ajudar os soldados feridos.

O documento deu origem a uma série de tratados que culminaram nas Convenções de Genebra de 1949 e nos Protocolos Adicionais de 1977 e 2005. Também estabeleceu as bases para um conjunto de princípios que orientaram o Movimento – que hoje conta com Sociedades Nacionais em mais de 189 países – há mais de 150 anos.

Nos primeiros anos de existência do Movimento, o consenso sobre esses princípios manteve-se pelo sentido de esforço comum. Havia poucas iniciativas feitas a partir dos princípios ou voltadas à inclusão de valores humanitários específicos em um acordo escrito.

1875



1875: O fundador do Movimento, Gustave Moynier, fala sobre os quatro princípios básicos de trabalho que devem ser observados pelas Sociedades: previdência, solidariedade, centralização e mutualidade (veja o texto completo).

1921: Após a Primeira Guerra Mundial, incorpora-se aos Estatutos do CICV um primeiro conjunto de Princípios Fundamentais – imparcialidade, independência política, religiosa e econômica, universalidade do Movimento e igualdade dos seus membros.

1939-1945: Segunda Guerra Mundial O conflito de proporções realmente globais exige assistência humanitária numa escala sem precedentes. A guerra provoca a maior perda de vidas civis até então e apresenta a maior ameaça aos princípios humanitários. Há um genocídio perpetrado pela Alemanha nazista, que abusou das pessoas em campos de prisioneiros de guerra na Europa e no Pacífico, bombardeios aéreos em massa e o primeiro uso de armas nucleares.

1921



CICV/Arquivo

1939

1945

1949

1946: Logo após a Segunda Guerra Mundial, a Liga das Sociedades da Cruz Vermelha (hoje Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho) confirma a aplicação dos princípios de 1921 às Sociedades Nacionais no mundo todo.

1949: A experiência da Segunda Guerra Mundial resultou nas Convenções de Genebra de 1949. Convenções anteriores protegiam soldados feridos e prisioneiros de guerra, mas elas agora determinavam, pela primeira vez, proteções específicas para civis em conflitos internacionais.

Em 1875, contudo, o fundador do Movimento, Gustave Moynier, falou sobre quatro princípios de trabalho básicos que as Sociedades Nacionais do Movimento deveriam observar: “previdência, que significa que se devem fazer preparativos de antemão, em tempos de paz, para prestar assistência em caso de guerra; solidariedade, pela qual as Sociedades comprometem-se a estabelecer laços e a se ajudar mutuamente; centralização, que implica que existe apenas uma Sociedade em cada país, mas cujas atividades se estendem por todo o território nacional; e mutualidade, no sentido de que a atenção é prestada a todos os doentes e feridos independentemente da nacionalidade.”

Não são apenas ideias abstratas

Essa edição inicial dos Princípios mostra que foram concebidos não como ideais abstratos ou conceitos elevados, mas como medidas práticas para obter o respeito e a confiança das pessoas durante a guerra – quando as suspeitas atingem o nível máximo e as comunidades podem ser dilaceradas. Embora tenha crescido e mudado rapidamente nas décadas seguintes, o Movimento não codificou nem ratificou os Princípios até 1921, quando um primeiro conjunto de princípios (ver a linha do tempo) foi escrito e incorporado aos Estatutos revisados do CICV.

Na esteira da Segunda Guerra Mundial, a Liga das Sociedades da Cruz Vermelha (hoje Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho) afirmou que os princípios de 1921 se aplicavam às Sociedades Nacionais do mundo todo. Mas somente nos anos 1950 os princípios do Movimento foram sistematicamente analisados com o objetivo de redigir um texto definitivo e universalmente adotado. Isso começou em 1955, depois que o advogado e



C. Hyses/Federação Internacional/Cruz Vermelha Belga

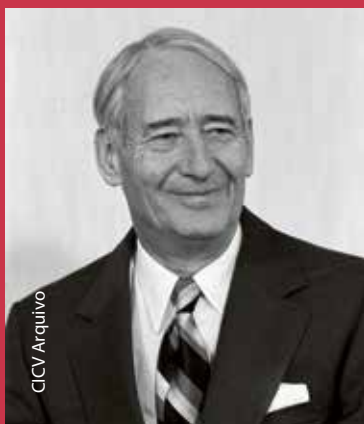
Hoje, os componentes do Movimento realizam uma ampla gama de atividades, desde a ajuda a comunidades até a prestação de assistência emergencial. Na imagem: Voluntários da Cruz Vermelha Grega assistem migrantes a chegarem em segurança à costa, onde receberam primeiros socorros, cobertores, alimentos e outros produtos.

ex-vice-presidente do CICV, Jean Pictet, que havia ajudado a formular as Convenções de Genebra, escreveu um livro sobre os princípios. O CICV e a Federação Internacional então criaram uma comissão para levar adiante um conjunto de princípios orientadores que unificariam o Movimento. Os sete Princípios Fundamentais, como são conhecidos hoje, foram adotados de forma unânime na 20.^a Conferência Internacional da Cruz Vermelha em Viena, na Áustria, em 1965.

Desde então, os Princípios Fundamentais foram continuamente postos à prova em uma ampla gama de conflitos e desastres ao redor do mundo. Mais de 50 anos após a sua adoção, continuam tão efetivos como sempre na garantia de que as pessoas vulneráveis possam receber a assistência e a proteção necessárias.



1955: Jean Pictet, um autor essencial e formulador do trabalho do CICV sobre as Convenções de Genebra de 1949, considera quais valores e princípios definem o Movimento. Após a publicação do seu livro, “Princípios da Cruz Vermelha”, em 1955, o CICV e a Federação Internacional criaram uma comissão para elaborar um conjunto definitivo de princípios operacionais.



CICV Arquivo

1965: O Movimento se reúne para a 20.^a Conferência Internacional em Viena, na Áustria, e adota uma declaração de sete princípios: Humanidade, Imparcialidade, Neutralidade, Independência, Voluntariado, Unidade e Universalidade.

1965-presente: Os Princípios Fundamentais são aplicados em uma ampla variedade de conflitos e desastres naturais, desde guerras de independência pós-coloniais e conflitos nas áreas de influência dos superpoderes durante a Guerra Fria até guerras civis em todos os cantos do planeta.



Voluntário de Serra Leoa fala sobre os perigos do ebola após um surto. O fortalecimento da confiança é essencial quando se realizam tarefas delicadas e necessárias para conter a propagação de doenças.

afetadas pelo surto. Muitas pessoas não acreditavam no que os profissionais da saúde estrangeiros lhes diziam sobre a doença. Felizmente, em países como Libéria e Serra Leoa, voluntários da Cruz Vermelha haviam conquistado a reputação de um trabalho neutro, independente e humanitário em crises anteriores. Como resultado, tinham a confiança dos habitantes para realizar tarefas difíceis e sensíveis, como o enterro seguro e digno das vítimas de ebola.

Em casos assim, seguir um conjunto de princípios claro e visível é essencial para obter confiança, promover a aceitação e garantir o acesso aos necessitados.

As normas da guerra

O Direito Internacional Humanitário (DIH) não garante acesso irrestrito a zonas de guerra para as organizações humanitárias; o acesso envolve uma negociação entre as partes em conflito e essas organizações. As partes beligerantes têm a responsabilidade primária de assegurar que sejam atendidas as necessidades básicas daqueles sob o seu controle. Mas, se não têm disposição ou capacidade para isto, a norma exige que autorizem e facilitem as atividades de assistência que sejam de caráter humanitário e imparcial.

AS REALIDADES DAS GUERRAS E CRISES

Para entender porque os Princípios são tão importantes em operações de ajuda em tempos de guerra e grandes desastres, é útil levar em conta o contexto em que se realiza a ação humanitária. Nos conflitos, as emoções estão à flor da pele: sentimentos de intensa raiva ou ódio pelos inimigos podem estar em toda parte. Em muitos casos, os combatentes julgam que as pessoas estão “conosco” ou “contra nós”. Qualquer um que ofereça ajuda a ambos os lados é visto com suspeita ou hostilidade.

As pessoas que passaram por desastres naturais ou emergências sanitárias não necessariamente têm plena confiança nas motivações dos profissionais humanitários, muitos deles estranhos à comunidade que tentam ajudar. Durante a crise do ebola na África Ocidental em 2014-2015, por exemplo, voluntários da Sociedade Nacional tiveram de se esforçar muito para ganhar e manter a confiança das comunidades

Os conflitos podem ter efeitos duradouros sobre as pessoas e as instituições que as protegem e se importam com elas. Na imagem: menino da Cidade de Gaza percorre escombros dos edifícios do governo.





Nos conflitos atuais, os profissionais humanitários muitas vezes trabalham com uma ampla gama de portadores de armas, desde grandes exércitos até pequenos grupos. Portanto, o CICV explica constantemente aos portadores de armas o enfoque imparcial, neutro e independente de ajuda às pessoas necessitadas.

NOVOS DESAFIOS

Colocar em prática os valores humanitários nem sempre é fácil. Desde a sua criação, os Princípios Fundamentais têm sido continuamente desafiados. Foram postos à prova em diversos conflitos, incluindo as duas Guerras Mundiais, o impasse da Guerra Fria e uma série de guerras entre os aliados das superpotências, assim como um número crescente de desastres naturais e provocados pelo homem.

Desde o final do século 19, os conflitos se deflagram cada vez mais dentro dos países do que entre eles. Os combates tendem a ser travados entre forças armadas nacionais e grupos de oposição, ou entre vários grupos rivais.

Também há um aumento no número de conflitos entre comunidades motivados por identidades, que muitas vezes resultam em violência generalizada e uma grande quantidade de pessoas deslocadas. Os grupos envolvidos na violência tendem a ser menos estruturados que os serviços militares tradicionais ou grupos armados organizados.

Frente a essas tendências, a tarefa de fortalecer a confiança e seguir os Princípios tornou-se ainda mais difícil. Durante os conflitos na República Democrática do Congo, por exemplo, o CICV interagiu com pelo menos 40 grupos armados. Em situações como essa, leva tempo estabelecer relações frutíferas. Mas isto é feito aos poucos todos os dias, combinando as palavras com a ação.

Consequências humanitárias graves

O século 21 tem sido especialmente difícil e desafiador para as organizações humanitárias. Após os ataques de 11 de setembro de 2001, o conflito global entre Estados e atores armados não estatais (a “guerra contra o terror”) mudou drasticamente a maneira como a guerra é travada e o modo como a ação humanitária pode ser realizada – muitas vezes com graves consequências para os civis.

Diante desse cenário, surgiu uma nova forma de polarização ou radicalização de ideologias. Ao assumir uma dura postura contra o que consideram grupos terroristas, os Estados às vezes utilizam medidas que vão além dos limites das práticas aceitas segundo o Direito Internacional Humanitário (DIH) e o Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH). Enquanto isso, entidades radicais não estatais que se opõem a esses Estados recorrem a métodos de guerra não convencionais, incluindo ataques deliberados contra civis e os chamados “alvos fáceis”, como as organizações humanitárias.

Neste contexto cada vez mais polarizado, no qual as pessoas são vistas como amigas ou inimigas, cresce a expectativa de que cada pessoa tome partido. Isto torna tudo mais difícil para as organizações que trabalham com base nos Princípios de independência e neutralidade.

Outro grande desafio à ação humanitária é a tendência entre os Estados, desde os anos 1980, de justificar as operações militares em termos humanitários e usar esforços desse tipo como parte da estratégia política e militar (isto é, “conquistar os corações e mentes”).

Infelizmente, a ajuda se tornou um componente integral das estratégias de contrainsurgência, já que alguns governos procuram integrar a ação humanitária a campanhas militares, fortalecimento institucional e esforços de estabilização de Estados frágeis. Ao mesmo tempo, alguns grupos armados utilizam a ajuda como forma de obter apoio entre a população local.

Isto não quer dizer que as partes em conflitos não devam buscar proteger ou ajudar as pessoas que moram nas áreas sob o seu controle. Ao contrário, as forças militares têm a obrigação legal de fazê-lo durante o combate, incluindo a evacuação de civis feridos. Mas o problema reside no uso mais abrangente da ação humanitária, para conquistar corações e mentes, o que pode levar os envolvidos nos confrontos e as pessoas de comunidades afetadas a associarem todos os profissionais humanitários com uma agenda política ou militar. Quando a ação humanitária torna-se parte de uma estratégia destinada a derrotar o inimigo, os riscos para as organizações humanitárias no terreno crescem de maneira significativa.

NEUTRALIDADE EM UM MUNDO POLARIZADO

Embora a experiência mostre que a neutralidade é um ponto de partida essencial, essa ideia tem sido contestada nos últimos anos. Após os ataques de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos, muitas organizações humanitárias que trabalham no Afeganistão rejeitaram os princípios de imparcialidade, neutralidade e independência em favor de uma assistência mais notória aos esforços internacionais de reconstrução das instituições democráticas.

Em muitos casos, as organizações humanitárias abraçaram o seu papel como atores em uma luta entre lados “bons” e “maus”, como escreveu Fiona Terry em um artigo publicado em 2011 pela revista *International Review of the Red Cross*.

Uma nova filosofia se desenvolveu entre muitas organizações humanitárias, segundo a qual ajudar pessoas em áreas controladas por grupos terroristas e qualquer diálogo com esses grupos eram vistos como uma ajuda ao inimigo. “Uma abordagem neutra era considerada ‘impossível’, ‘antiquada’ e até mesmo moralmente contestável nesses novos conflitos, e o enfoque ‘humanitário’ político – e militar – para a construção do Estado foi abraçado como o caminho para o futuro”, afirmou Terry.

Para confundir ainda mais a distinção, os militares muitas vezes usaram atividades humanitárias como cobertura para operações militares, vestindo roupas civis e dirigindo carros brancos para se disfarçarem de profissionais humanitários. Em outros casos, panfletos espalhados no sul do Afeganistão diziam aos moradores que deveriam informar sobre grupos armados se quisessem continuar recebendo ajuda “humanitária”.

Em muitas partes do Afeganistão, isto levou a uma rejeição total da ajuda humanitária externa. De acordo com Terry, o resultado foi que “exatamente quando as necessidades humanitárias [eram] as maiores, as organizações humanitárias [tinham] a menor capacidade de resposta.”

Através do diálogo, e demonstrando repetidamente a sua neutralidade, o CICV pôde restabelecer aos poucos a confiança e expandir o alcance a áreas do país às quais os trabalhadores humanitários não tinham acesso. De modo similar, o Crescente Vermelho Afgão continuou realizando uma variedade de atividades de assistência à saúde – desde campanhas de vacinação contra a pólio até clínicas móveis de saúde – na maioria das regiões do país graças à reputação de neutralidade e imparcialidade entre uma vasta gama de grupos armados.

Um setor humanitário em crescimento

O número de organizações que prestam assistência humanitária aumentou expressivamente nos últimos anos. Essa expansão tem muitas consequências positivas. Em alguns lugares, significa maior diversidade e ajuda a mais pessoas necessitadas.

Mas a proliferação de organizações com interpretações muito diferentes e aplicações desiguais dos princípios humanitários levou a uma confusão sobre o que é o humanitarismo. Em alguns lugares, essa tendência resultou em uma rejeição completa da ajuda humanitária, o que por sua vez exacerba o sofrimento das pessoas.

Algumas organizações, por exemplo, não operam com base na imparcialidade, e sim na solidariedade com um grupo político, religioso ou étnico em particular. Embora isto não seja inteiramente novo, torna-se cada vez mais comum à medida que mais organizações de ajuda são criadas com objetivos muito específicos.

A consciência sobre os princípios em que se assenta a ação humanitária se expandiu na medida em que as Nações Unidas e um grande número de organizações adotaram princípios humanitários inspirados nos Princípios Fundamentais. Mas isto também contribuiu para o aumento da confusão sobre o que esses princípios significam e como devem ser aplicados.

Em alguns lugares, as Nações Unidas são uma parte em determinados conflitos – ou assim essa organização é percebida – porque as tropas de manutenção de paz da ONU são mobilizadas, uma resolução do Conselho de Segurança autorizou o uso da força por um ou mais Estados membros ou porque a ONU está trabalhando diretamente em apoio a governos que enfrentam oposição armada. Nessas situações, a neutralidade e a independência das agências humanitárias da ONU são frequentemente questionadas e a maneira como essa organização é vista em um conflito pode ter repercussões para outras organizações humanitárias.



As Nações Unidas são um importante prestador de assistência humanitária, mas às vezes buscam objetivos políticos específicos em situações de conflito. Por esse motivo, o Movimento deve, mesmo ao trabalhar com a ONU, manter determinada distância das suas operações. Na imagem: exercício de treinamento para forças de manutenção da paz da ONU.



Depois do terremoto que atingiu o Nepal em 2015, funcionários e voluntários da Sociedade Nacional estavam prontos para distribuir rapidamente ajuda de emergência em áreas remotas, enfatizando a importância dos Princípios de voluntariado e unidade. Enquanto isso, um senso de solidariedade global expresso no Princípio de universalidade inspirou o Movimento no mundo todo a entrar em ação.

Colocar os princípios em ação

Essas tendências fazem com que seja cada vez mais essencial que o Movimento não apenas declare, mas também demonstre que é uma ação humanitária neutra, imparcial e independente e o que pode alcançar.

Mesmo em circunstâncias extremamente polarizadas, o CICV e as Sociedades Nacionais têm sido algumas das poucas – e, em alguns casos, as únicas – organizações humanitárias capazes de chegar às pessoas em apuros em ambos os lados da linha de frente.

Inclusive em países que não estão em guerra, os Princípios ajudam as Sociedades Nacionais a prestarem ajuda e apoio aos mais vulneráveis, muitas vezes em circunstâncias difíceis. Onde há um alto grau de violência organizada – envolvendo gangues armadas em cidades, por exemplo –, os profissionais de saúde e socorristas que aderem aos Princípios Fundamentais podem ganhar a confiança de todos os envolvidos ou afetados pela violência. A Cruz Vermelha Mexicana é um bom exemplo disso. Pode oferecer uma ampla variedade de serviços em áreas afetadas por altos índices de violência, em parte por causa da sua reputação de imparcialidade e independência. Isto não ocorre por acaso: de acordo com uma pesquisa realizada para o Marco para um Acesso Mais Seguro (veja o quadro abaixo), a Cruz Vermelha Mexicana esforçou-se muito para mostrar como aplica os Princípios nos serviços de ambulância e resposta de emergência.

INFORMAR A POPULAÇÃO

A comunicação pública sobre os Princípios é muitas vezes uma parte importante das atividades do Movimento. Uma típica operação de distribuição de comida em um campo para pessoas deslocadas, por exemplo, pode começar com uma breve explicação sobre os Princípios, de modo que as pessoas saibam que as distribuições são para os que estão em pior situação e que serão ajudadas de acordo com as necessidades.

Em tempos de guerra e também de paz, o CICV e as Sociedades Nacionais organizam palestras com os grupos armados e as forças armadas sobre a importância do Direito Internacional Humanitário (DIH) e os Princípios Fundamentais.

O Movimento também participa de treinamentos, discussões e análises quase constantes sobre o tema dos Princípios Fundamentais e como são aplicados no terreno. Os colaboradores do Movimento devem seguir estritos códigos de conduta com base neles.

Além disso, o CICV, com o apoio de muitas Sociedades Nacionais, elaborou o Marco para um Acesso Mais Seguro, que se baseia na ampla experiência e nas boas práticas do Movimento para ajudar as Sociedades Nacionais a enfrentar os desafios de operar em situações delicadas e inseguras, ao mesmo tempo em que minimizam os riscos e conquistam a confiança daqueles que controlam o acesso às pessoas necessitadas.

A Federação Internacional também formulou uma série de ferramentas para ajudar as Sociedades Nacionais e os voluntários individuais em ambientes de estresse elevado a melhorar a capacidade de agir com ética, compaixão e em conformidade com os Princípios.



Voluntários da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho participam de treinamento para ABC (sigla em inglês para Agentes de Mudança Comportamental), uma iniciativa da Federação Internacional que ajuda as pessoas a fortalecer habilidades e qualidades – empatia, pensamento crítico, capacidade de deixar preconceitos de lado e comunicação não violenta – necessárias para colocar os Princípios Fundamentais em ação.



HUMANIDADE

O Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, que nasce da preocupação de prestar auxílio, sem discriminação, a todos os feridos nos campos de batalha, se esforça, nos âmbitos nacional e internacional, para evitar e reduzir o sofrimento humano em todas as circunstâncias. Visa proteger a vida e a saúde, assim como promover o respeito à pessoa humana. Favorece a compreensão mútua, a amizade, a cooperação e a paz duradoura entre todos os povos.



O Princípio de humanidade inspira não apenas a ação concreta, como a assistência à saúde de emergência, mas também gestos pequenos de compaixão, como o demonstrado por este socorrista da Cruz Vermelha Francesa.

HUMANIDADE

O Princípio primordial que motiva o trabalho do Movimento é o da humanidade, um impulso natural de ajuda aos outros seres humanos que existe em todas as culturas.

O Princípio é a articulação de valores humanos comuns: compaixão, empatia, ajuda mútua, um desejo de chegar a outras pessoas para aliviar o seu sofrimento e protegê-las de danos adicionais. Essas noções formam a base do corpo de leis, éticas e costumes em praticamente todas as culturas.

O Princípio está em absoluto contraste com o de desumanidade, muitas vezes observado no mundo quando as virtudes da misericórdia, compaixão e amor são derrubadas pelos vícios da raiva, ódio, ganância, vingança e sede de poder.

Um chamado à ação

A formulação do Princípio de humanidade – evitar, aliviar, proteger, garantir respeito – é um chamado à ação.

No mundo todo, o Princípio inspira voluntários a se capacitarem em primeiros socorros, ingressarem em brigadas de emergência, esclarecerem as pessoas sobre doenças mortais, doarem sangue e visitarem idosos. Compele médicos a dedicarem um tempo e arriscarem a vida para cuidar de pessoas em lugares difíceis e perigosos. Motiva as pessoas a doarem tempo e dinheiro para ajudar estranhos que vivem longe.

Muitos dos conceitos básicos intrínsecos ao Princípio de humanidade estão consagrados no direito internacional, sobretudo como uma forma de proteger as pessoas contra o abuso. De fato, as normas da guerra, que quase todos os países se comprometeram a seguir, estão contidas nas Convenções de Genebra e nos Protocolos Adicionais.

É fácil ser pessimista quanto a essas proteções – ou mesmo quanto ao próprio Princípio de humanidade – em uma era em que imagens de violência e crueldade são tão difundidas. Mas há inúmeros exemplos que mostram que o Direito Internacional Humanitário (DIH) e os Princípios Fundamentais permitiram que pessoas corajosas e compassivas ajudassem, protegessem e salvassem a vida de pessoas extremamente vulneráveis.



Na República Democrática do Congo, um homem se reencontra com a sobrinha de nove anos de idade após ela ter sido separada da família pelo conflito.

Estar perto dos necessitados

A ajuda humanitária mais significativa se resume a pequenos atos entre dois seres humanos. Embora as interações entre os profissionais humanitários e as pessoas que recebem ajuda possam ser breves e repetitivas, eles nunca devem perder de vista a dignidade dos demais; devem ser capazes de escutar, ter empatia e entender. Por isso, os funcionários e voluntários do Movimento se aproximam daqueles aos quais tentam ajudar. Falar com as pessoas, apertar as suas mãos, escutar as suas histórias: esta não é apenas a melhor maneira com que podemos ajudar as pessoas afetadas por um conflito armado; é também como honramos a dignidade das pessoas quando estão em dificuldades.

No entanto, isto não significa que as organizações humanitárias devam rejeitar novas tecnologias e ferramentas que permitem a comunicação à distância. As redes de telefonia celular, redes sociais e internet oferecem aos profissionais humanitários importantes maneiras novas de responder aos desafios dos confrontos e desastres naturais. Por exemplo, posts em redes sociais feitos a partir de celulares ajudaram a identificar onde estavam as maiores necessidades e salvaram vidas. Em alguns lugares, isto significou que as atrocidades poderiam ser denunciadas e investigadas.

Mas a crescente disponibilidade de tecnologia poderia ser motivo de preocupação. Existe risco de que as organizações humanitárias dependam de comunicações digitais e automação? O acesso à tecnologia poderia levar alguns a pensar que os profissionais humanitários não precisam mais de acesso direto aos que tentam ajudar? São questões que devem ser consideradas em relação aos Princípios à medida que a tecnologia se desenvolve.



Funcionários do CICV falam com mulheres detidas em um presídio em Marcala, Honduras.

Proteção

Estar perto das pessoas necessitadas é uma condição necessária para outra ideia inerente ao Princípio de humanidade: proteção. Em decorrência de conflitos armados, violência generalizada e desastres naturais, as pessoas podem ficar extremamente vulneráveis. Podem ter sido obrigadas a sair das suas casas e morar em acampamentos improvisados onde já não existem as relações comunitárias habituais – polícia, vizinhos, família. Em situações assim, o Movimento age para tornar mais seguras as condições de vida dessas pessoas.

Em tempos de paz, a proteção da vida e da saúde pode envolver a prevenção de doenças, desastres e acidentes ou a redução de efeitos de pobreza crônica ou crime. Por exemplo, um socorrista da Sociedade Nacional tratará as pessoas feridas ou doentes e ajudará a prevenir doenças levando informação relevante sobre higiene.

Organizações humanitárias não podem e não devem tentar fazer o trabalho da polícia ou do exército, que estão obrigados a proteger populações civis durante a guerra. Em conflitos armados, o CICV tem o mandato de evitar violações ao Direito Internacional Humanitário (DIH) e o faz conscientizando os Estados e grupos armados quanto às suas obrigações de preservar a segurança, a integridade física e a dignidade do indivíduo, além de oferecer capacitação em DIH. O CICV e as Sociedades Nacionais trabalham para que os governos implementem novas leis que apliquem padrões humanitários internacionais e permitam que os profissionais de saúde ajudem e protejam



Voluntários do Crescente Vermelho Palestino e do CICV ajudam um idoso a chegar ao hospital.

os grupos vulneráveis. Ademais, o CICV também cumpre uma função especial ao assegurar que as pessoas que foram detidas em conflitos armados sejam tratadas adequadamente conforme o Direito Internacional Humanitário (DIH).

Prevenção e alívio do sofrimento

A proteção caminha junto com a prevenção e o alívio do sofrimento. Em conflitos ou desastres naturais, as pessoas são muitas vezes privadas dos artigos mais essenciais ao bem-estar e ao senso de dignidade humana: abrigo, água potável, comida, meios de subsistência. Para muitas, a maior perda é a dos entes queridos.

Por isso, o Movimento oferece alimentos, água e abrigo; ajuda as pessoas a retomarem a independência econômica e a encontrarem novos meios de subsistência; esforça-se para melhorar a prestação de assistência à saúde (incluindo atendimento médico e cirúrgico aos detidos); e ajuda as pessoas a encontrarem os seus entes queridos ou pelo menos saberem o que aconteceu com eles.

Nos conflitos prolongados e crises cíclicas atuais, contudo, é importante não apenas satisfazer as necessidades imediatas, mas também pensar sobre o que vem depois. De que forma as ações que a organização realiza conduzirão a um melhor futuro para os que recebem ajuda? A organização está ajudando a criar as bases para a completa recuperação dessas pessoas e comunidades, de modo que possam retomar a autoconfiança? Ou está tornando-as dependentes da ajuda e levando-as a estar ainda mais vulneráveis à próxima crise?



B. H. Mohamed/Federação Internacional

Depois de uma seca, o Crescente Vermelho da Mauritânia e a Federação Internacional não apenas distribuíram comida e ajuda de emergência, mas também ajudaram as comunidades no país a se prepararem para escassez de alimentos. Entregaram ferramentas agrícolas e sementes resistentes à seca, além de ajudar as mulheres a formarem cooperativas para vender a produção.

Fortalecimento de autossuficiência e resiliência

Essas são questões fundamentais para os profissionais humanitários hoje. Por isso, o Movimento busca ajudar as pessoas a levar vidas saudáveis, normais, produtivas e independentes. Um ponto central do Princípio de humanidade é “garantir o respeito pelo ser humano”. Isto significa proporcionar ajuda de um modo que não tire o poder de iniciativa das pessoas e honre a sua dignidade. Significa deixar as pessoas mais fortes, seguras e capazes de resistir aos choques futuros.

Por muitos anos, o Movimento elaborou programas que ajudam as pessoas a criarem ou restabelecerem meios de subsistência através do uso de pequenas ajudas financeiras, microcréditos e programas de capacitação. Em outros casos, forneceu sementes e ferramentas aos produtores, vacinas para o gado ou tomou outras medidas que permitiu que os moradores se alimentassem e comprassem ou trocassem produtos mais livremente.

Da mesma forma, o Movimento trabalha para ajudar as comunidades a se tornarem mais resilientes a incidentes graves. Além de trabalhar nos âmbitos nacional e local para preparar melhor as pessoas aos desastres naturais e provocados pelo homem, as Sociedades Nacionais e a Federação Internacional participam da discussão sobre o efeito da mudança climática sobre as comunidades que já são vulneráveis a temporais, secas e outras crises climáticas.

Voluntário da Cruz Vermelha Etíope ajuda um menino a plantar uma árvore, como parte de um programa para incentivar o voluntariado e mitigar os efeitos da mudança climática.



B. Gezahegn/Cruz Vermelha Etíope

PRINCÍPIOS EM AÇÃO:

FACES DA HUMANIDADE

Quando a crise do ebola atingiu Serra Leoa em 2004, os profissionais de saúde no Centro de Tratamento de Kenema passaram dias escondidos atrás de óculos de proteção e máscaras cirúrgicas. Mesmo assim, encarnaram o Princípio Fundamental de humanidade diante do terrível surto que provocou a morte de mais de cinco mil pessoas.

Os trajes de proteção, que cobriam os profissionais dos pés à cabeça, permitiu que pessoas como o enfermeiro comunitário Brima Momodu Jr, 28 anos, prestasse assistência de forma segura e desse aos pacientes a melhor chance de sobrevivência. Apesar das barreiras que as roupas protetoras colocavam entre ele e os pacientes, o enfermeiro fez o possível para aliviar o sofrimento das pessoas. Foi uma tarefa extremamente arriscada, difícil, estressante e emocionalmente desgastante.

“Alimentei os meus pacientes para lhes dar energia”, afirma. “Tive de dar banhos na cama para que se sentissem mais frescos e saudáveis.”

Edward Sannoh, funcionário do Kenema, 24 anos, realizou outra tarefa crítica para conter a propagação do ebola: realizar enterros dignos. Membro da equipe de enterros dignos e seguros, ele recolhia os corpos dos mortos em um centro de tratamento e os preparava para que fossem levados ao instituto médico legal.

Durante o surto, mais de cinco mil voluntários como Momodu e Sannoh foram capacitados para a realização de várias tarefas, desde a conscientização da comunidade de saúde sobre como evitar a contaminação e rastrear as pessoas que poderiam ter tido contato com um doente até o enterro de maneira digna e segura. Além disso, centenas de pessoas do mundo todo trabalharam como voluntárias após receberem treinamento da Federação Internacional – passaram meses cuidando dos doentes, ajudando a rastrear casos de infecção e executando muitas outras tarefas essenciais nos países afetados pelo ebola.

“Sou voluntário da Cruz Vermelha. Faço isso porque me importo com o Princípio de humanidade”, diz Sannoh. “Quero salvar a vida dos nossos irmãos e irmãs.”

Voluntários das Sociedades Nacionais nos países da África Ocidental afetados pelo surto de ebola em 2014-2015 assumiram o Princípio de humanidade mesmo ao trabalharem em circunstâncias extremamente difíceis – muitas vezes cobertos dos pés à cabeça para se protegerem da infecção. Na imagem: voluntário da Cruz Vermelha da Libéria.





IMPARCIALIDADE

O Movimento não faz nenhuma distinção de nacionalidade, raça, religião, condição social nem orientação política. Dedicar-se somente a socorrer os indivíduos na medida dos seus sofrimentos, atendendo às suas necessidades e dando prioridade às mais urgentes.



Voluntários do Crescente Vermelho de Bangladesh oferecem primeiros socorros a manifestantes e membros das forças de segurança feridos durante a violência política.

Crescente Vermelho de Bangladesh

IMPARCIALIDADE

Alguns anos atrás, um jovem voluntário de uma Sociedade Nacional do Crescente Vermelho no sudeste asiático guiou uma equipe de voluntários até um povoado que havia sido devastado pela enchente.

Quando os voluntários chegaram com 25 caminhões repletos de alimentos, as pessoas se juntaram ao redor do comboio para receber desesperadamente os suprimentos. Mas, quando o grupo descarregava os produtos, um homem se aproximou e se apresentou ao líder local. Disse que conhecia quem mais precisava de ajuda e quis assumir a distribuição de comida.

Para muitos, aceitar esse tipo de oferta pode ser perfeitamente lógico. Afinal, esse homem provavelmente conhecia de fato a sua comunidade melhor que os voluntários visitantes. No entanto, a experiência e o treinamento mostraram aos voluntários do Crescente Vermelho que aceitar essa oferta comprometeria o Princípio de imparcialidade, que exige a prestação de ajuda às pessoas necessitadas, sem importar as identidades étnicas, políticas ou culturais. Como eles poderiam ter certeza de que o homem tinha avaliado objetivamente as necessidades das pessoas e não distribuiria comida segundo as suas próprias conexões pessoais e preferências políticas? Tiveram de recusar a oferta.

Esse exemplo ilustra a importância da imparcialidade como uma necessidade prática e moral – qual seria o benefício da assistência humanitária se não fosse dirigida aos que mais necessitavam? Também mostra a seriedade com que esse Princípio é considerado em todos os níveis do Movimento. É uma forma de assegurar

aos beneficiários, doadores e todos os envolvidos ou afetados pelas crises de que a ajuda é entregue puramente por motivos humanitários.

Entretanto, a adesão aos Princípios muitas vezes envolve um custo. Leva tempo realizar avaliações objetivas: tempo para falar e escutar as pessoas, entender as suas necessidades e determinar exatamente o que foi dado a quem. Isto pode ser frustrante, e em alguns casos as pessoas contestam essa abordagem. Em geral, porém, ela é respeitada. Afinal, baseia-se na justiça. Mesmo quando não recebem ajuda em um determinado dia, as pessoas entendem que os profissionais humanitários que aderem aos Princípios estarão lá para ajudá-las quando mais precisarem.

Não discriminar: a essência do nosso trabalho

A não discriminação é uma parte fundamental do Princípio de humanidade, que reconhece plenamente cada indivíduo como humano e é inerente ao Princípio de imparcialidade. Foi incorporada às Convenções de Genebra desde o início: segundo a Convenção de Genebra de 1864, os combatentes feridos e doentes deviam ser recolhidos e tratados, seja qual fosse a nacionalidade. As Convenções de Genebra de 1949 ampliaram a exigência de não discriminação para incluir “sem qualquer discriminação desfavorável baseada em raça, cor, religião ou crença, sexo, nascimento ou fortuna, ou qualquer outro critério análogo”.

Isto significa que, em tempos de conflito armado ou distúrbios internos, amigos e inimigos têm o mesmo direito à assistência. Um hospital não poderia recusar a internação dos feridos de um lado para ter mais espaço para os feridos do outro. Da mesma forma, em um país dividido por confrontos internos, uma Sociedade Nacional não poderia dar alimentos às vítimas de apenas um grupo sem tentar levar ajuda aos demais.

Nesse sentido, as organizações que formam o Movimento não devem discriminar em termos de quem pode ser membro, voluntário ou funcionário. As Sociedades Nacionais devem estar abertas a qualquer um dos seus respectivos países e permitir que todos os grupos religiosos, políticos e sociais estejam representados (ver Unidade, página 70). Isto ajuda a garantir que as atividades das



O Princípio de imparcialidade exige que a ajuda aos feridos seja prestada estritamente com base em quem mais necessita. Isso inclui combatentes que já não podem mais lutar. Para o CICV, pode também significar a capacitação de todas as partes do conflito em primeiros socorros. Na imagem: capacitação dos colaboradores da Direção Nacional de Segurança do Afeganistão.

J. Barry/CICV

Sociedades respeitem a diversidade e se concentrem em uma humanidade compartilhada, em vez de ser afetadas por considerações a favor de uma causa em particular.

O CICV também tem a tarefa de ajudar a garantir que as pessoas detidas em relação com um conflito ou distúrbio interno não enfrentem discriminação. Quando os delegados do CICV visitam um lugar de detenção, instam as autoridades a darem o mesmo tratamento humano a todos os detidos e verificam que nenhum deles seja colocado em desvantagem devido à nacionalidade ou às convicções políticas. No entanto, nem todas as distinções constituem discriminação: pedir cobertores adicionais para os mais vulneráveis ao frio em virtude da idade ou estado de saúde é uma distinção baseada em uma necessidade objetiva. Representa a segunda faceta da imparcialidade: a proporcionalidade.

Ajuda proporcional ao sofrimento

A não discriminação não significa tratamento idêntico. Em vez disso, o tratamento imparcial leva em consideração quantos indivíduos estão sofrendo e qual a urgência das suas necessidades. Portanto, distribui-se a ajuda primeiro àqueles que a necessitam de maneira mais urgente.

O Direito Internacional Humanitário (DIH) também estipula que o tratamento preferencial deve ser dado a determinadas categorias de pessoas particularmente vulneráveis, como crianças e idosos. Os doentes e feridos devem receber tratamento e proteção iguais, sendo que somente as razões relacionadas à urgência de saúde podem influenciar a ordem de prestação do atendimento.

Na prática, não é fácil prestar ajuda proporcional às necessidades. Em muitos casos, a atenção dada pela mídia e pelos doadores aos desastres dramáticos e de grande escala supera muito o apoio a desastres menores, “esquecidos”, que juntos também provocam a perda de muitas vidas e causam os mesmos danos e sofrimentos. Da mesma forma, problemas surgidos lentamente – desertificação, seca, violência urbana e aumento no nível da água – atraem relativamente pouca atenção da mídia e angariam uma quantidade muito menor de fundos. O Movimento desenvolveu mecanismos de captação de recursos para reverter essas tendências, mas isso continua sendo um desafio.

Distribuição de kits de emergência após um terremoto no Nepal, feita com base em uma avaliação objetiva realizada pela Cruz Vermelha Nepalesa para assegurar a prestação imparcial de ajuda.



P. H. Neisen/Cruz Vermelha Nepalesa



Federação Internacional

Algumas vezes, ser imparcial significa observar mais detidamente as dinâmicas da comunidade para entender melhor como ajudar os necessitados e garantir que eles se expressem sobre que tipo de ajuda recebem. Na imagem: delegado da Federação Internacional conversa com mulheres de famílias deslocadas pelo conflito no norte de Mali.

Imparcialidade: evitar preconceitos pessoais

A imparcialidade também exige colocar de lado os preconceitos e opiniões pessoais. Se, durante os serviços, um voluntário ou funcionário da Sociedade Nacional der melhor tratamento a um amigo do que aos demais, violará o Princípio de imparcialidade.

Portanto, a imparcialidade significa que um esforço deve ser feito para superar todos os preconceitos, rejeitar a influência de fatores pessoais – conscientes ou inconscientes – e tomar decisões com base puramente em fatos, para agir sem viés ou preconceito.

Em certo sentido, a imparcialidade implica a avaliação das necessidades de forma racional e objetiva. Portanto, embora seja natural e humano que os voluntários da Sociedade Nacional se identifiquem emocionalmente com uma das partes em conflito, espera-se que não sejam levados pelos sentimentos ao prestar a ajuda (aliviando o sofrimento de todas as pessoas afetadas) e ao distribuir os suprimentos (sem fazer distinção entre as partes do conflito).

Uma exigência profissional

O princípio de imparcialidade é, portanto, algo em que as pessoas devem trabalhar constantemente. Mas os funcionários e voluntários do Movimento e de outras organizações humanitárias não precisam desenvolver essas habilidades por si sós. Formulou-se um conjunto de sistemas, métodos, códigos e padrões profissionais para assegurar a melhor realização possível do Princípio. Os colaboradores do CICV passam por um treinamento rigoroso para garantir que tenham os atributos pessoais e profissionais necessários para agir com imparcialidade em situações extremamente estressantes. Da mesma forma, os funcionários e voluntários da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho – com o apoio da Federação Internacional e do CICV – são capacitados para seguir os códigos de conduta específicos ao Movimento e entender a interpretação dos Princípios pelo Movimento. Além disso, a Federação Internacional e as Sociedades Nacionais elaboraram um currículo que ajuda as pessoas a fortalecer habilidades e qualidades – empatia, pensamento crítico, capacidade de deixar de lado os preconceitos e a comunicação não violenta – necessárias para colocar em ação os Princípios Fundamentais na vida e no trabalho diários.



PRINCÍPIOS EM AÇÃO:

IMPARCIALIDADE EM UM PAÍS DIVIDIDO

Em um país profundamente dividido por linhas políticas e sectárias, a Cruz Vermelha Libanesa é uma das poucas organizações que contam com o respeito e a confiança de todos os lados. Muito desse respeito foi conquistado através dos serviços de saúde de emergência da organização, o principal prestador de transporte de ambulância e atendimento pré-hospitalar do país.

A Cruz Vermelha Libanesa tem uma boa reputação devido à incansável dedicação de voluntários paramédicos como Berna Beyrouthy, de 27 anos. Ela entende o desafio diário de prestar assistência neutra e imparcial em um país que sente a tensão da guerra justo na fronteira com a Síria.

Nos primeiros cinco anos de conflito na Síria, mais de 1,1 milhão de refugiados entraram no Líbano com necessidades urgentes de assistência à saúde, abrigo e suprimentos básicos. “Inicialmente, atendemos pessoas com pequenos ferimentos, como cortes e feridas por estilhaços. Com a intensificação do conflito, começamos a receber pessoas gravemente feridas por armas de fogo no peito e na cabeça. Graças à longa experiência em guerras, as nossas equipes têm alta capacidade técnica para desempenhar ações como triagem, primeiros socorros e evacuações”, diz Beyrouthy.

Mas os desafios não foram apenas na área de saúde. “A crise síria trouxe um novo desafio e coloca à prova a nossa coragem e mesmo a capacidade de respeitar os Princípios Fundamentais, talvez como em nenhuma outra época da nossa história”, afirma.

“Como permanecer forte quando moradores furiosos bloqueiam a passagem da sua ambulância e arrastam o paciente até a estrada? E como você continua trabalhando como voluntário e ajudando os demais quando a sua própria família e vizinhos o acusam de ‘ajudar o inimigo’?”

“Esses são os tipos de desafios que enfrentamos diariamente. É um teste de caráter fundamental: estar acima da disputa em vez de expressar ou defender as próprias opiniões”, diz ela, lembrando que, para a Cruz Vermelha Libanesa e os voluntários, a capacidade de trabalhar de modo imparcial está profundamente ligada à neutralidade.

A aplicação do Princípio de unidade (veja a página 70) também é essencial para operar com imparcialidade em uma terra tão diversa e dividida. O Princípio de unidade exige que exista apenas uma Sociedade Nacional em cada país, representando todas as pessoas. “A nossa Sociedade Nacional reflete a diversidade de grupos políticos e religiosos que formam o país. Nunca permitimos que as divisões da sociedade prejudicassem as relações entre os profissionais humanitários”, afirma.

Voluntários da Cruz Vermelha Libanesa transportam uma pessoa ferida na guerra da Síria, da comunidade fronteiriça de Wadi Khaled para um hospital em Trípoli, em 2013.



NEUTRALIDADE

A fim de conservar a confiança de todos, o Movimento abstém-se de tomar parte em hostilidades ou em controvérsias, em qualquer momento, de ordem política, racial, religiosa e ideológica.



Membros das equipes do Crescente Vermelho Árabe Sírio e do CICV atravessam linhas de frente na Síria para organizar serviços de saúde e abastecimento de água. Os líderes de grupos armados ordenaram um cessar-fogo a mais de 50 atiradores na região para permitir a continuidade da missão humanitária neutra.

NEUTRALIDADE

A neutralidade é talvez um dos Princípios Fundamentais menos compreendidos e também um dos mais essenciais.

Neutralidade é muitas vezes confundida com passividade ou indiferença. Mas não tomar partido em um conflito não significa ser indiferente. De fato, a neutralidade permite que o Movimento ponha em ação os Princípios de humanidade e imparcialidade.

Por que isso ocorre? Em primeiro lugar, porque, graças à neutralidade, as pessoas de todos os lados de um conflito sentem que podem confiar no Movimento. O Princípio abre portas. Com frequência, a neutralidade permite que os delegados do CICV visitem prisioneiros, que comboios de ajuda humanitária com o emblema do Movimento entrem em zonas de conflito e assegura que os voluntários da Sociedade Nacional não sejam atacados.

Os voluntários sofrem enorme pressão para que tomem partido, apesar dos perigos que isso traz. Em países onde há um conflito interno, as forças armadas às vezes não entendem porque a Sociedade Nacional não condena as atividades de grupos armados que consideram criminosos e muito menos porque deseja prestar assistência à saúde aos que não podem mais combater. Já os grupos armados às vezes são críticos em relação ao que veem como vínculos entre a Sociedade Nacional e as autoridades. Infelizmente, às vezes os voluntários são atacados, feridos ou até mesmo mortos quando tentam ajudar pessoas necessitadas, apesar de usarem o emblema de proteção da cruz vermelha ou do crescente vermelho.

Os voluntários do Crescente Vermelho Árabe Sírio são um incrível exemplo dos Princípios de neutralidade e imparcialidade em um país profundamente dividido. “A missão (...) é ajudar os necessitados, independentemente da filiação política”, escreveu o jornal The New York Times em junho de 2013. “No conflito polarizado da Síria, isto equivale a uma postura radical.”

É verdade que nem sempre é fácil aplicar o Princípio de neutralidade, até porque todo mundo tem convicções pessoais. Quando a tensão aumenta despertando paixões, cada membro da Cruz Vermelha ou do Crescente Vermelho deve exercer o autocontrole e evitar expressar opiniões pessoais no exercício das funções. Mas não se pede aos voluntários que sejam neutros – todos têm direito a uma opinião –, simplesmente que se comportem de forma neutra.

A neutralidade permite que o CICV estabeleça e mantenha o diálogo com todas as partes em conflito, buscando assegurar o acesso humanitário às pessoas afetadas pelos confrontos. O CICV sempre está disposto a falar com qualquer parte que tenha poder sobre uma população civil. Isto não constitui um pronunciamento sobre a sua legitimidade nem lhe confere qualquer status em particular.

É essencial ter um entendimento sofisticado da dinâmica do conflito – como as comunidades, forças armadas e grupos armados se comportam. Neutralidade implica não agir de uma maneira que poderia facilitar a condução das hostilidades por qualquer uma das partes envolvidas.

A neutralidade permite que o CICV chegue a todas as partes de um conflito. Na imagem: delegado do CICV conversa sobre o Direito Internacional Humanitário (DIH) com membros de um grupo armado da oposição na Colômbia.



Neutralidade também significa não se envolver nunca em controvérsias e modo a não perder a confiança de nenhuma parte da população. Se uma filial da Sociedade Nacional, por exemplo, expressar simpatia por uma figura política ou causa em particular, muitas pessoas podem deixar de apoiar a Sociedade Nacional. Se uma clínica gerenciada por uma Sociedade Nacional exibir símbolos religiosos em um país afetado por um sectarismo violento, muitos pacientes não mais desejariam, ou nem mesmo ousariam, ir até lá para obter um tratamento.

Portanto, as Sociedades Nacionais estão cientes de que declarações e ações que contrariem o Princípio de neutralidade podem ser prejudiciais às atividades do Movimento em outras partes do mundo. Mesmo em tempos de paz, as Sociedades Nacionais devem sempre observar o Princípio de neutralidade. Assim, se um conflito se deflagrar em dado país, a Sociedade Nacional terá a confiança de todos e poderá prestar assistência às pessoas de todos os lados.

Mas neutralidade não significa que o Movimento ficará em silêncio sobre questões de grande preocupação humanitária. Desde os seus primeiros dias, o Movimento busca ativamente evitar a crueldade e o abuso que podem surgir em conflitos armados. Enviam-se comunicações a todas as partes envolvidas nas hostilidades, lembrando-as quanto às suas obrigações segundo o Direito Internacional Humanitário (DIH).

O Movimento pode defender proibições sobre determinadas armas militares, como armas nucleares e minas terrestres, que por natureza contrariam o DIH. O apoio do Movimento à adoção da Convenção sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoal de 1997, por exemplo, não foi compartilhado por líderes de todos os países, e as armas nucleares continuam sendo vistas por muitas pessoas como inaceitáveis. No entanto, como essas armas não podem ser usadas de um modo que diferencie entre combatentes e não combatentes – violando, portanto, uma importante norma do Direito Internacional Humanitário (DIH) –, o Movimento pode assumir uma postura pública contra elas.



Federação Internacional e Crescente Vermelho da Palestina

Respeitar o Princípio de neutralidade não significa manter silêncio sobre questões preocupantes. Na imagem: coletiva de imprensa na qual membros do Movimento pedem a todos os lados que respeitem o Direito Internacional Humanitário (DIH) e prestem maior apoio às pessoas afetadas pela violência.

A abordagem do CICV para a comunicação

O CICV rotineiramente faz declarações públicas exigindo que todos os lados de um conflito se abstenham de qualquer ação que possa violar o Direito Internacional Humanitário (DIH).

O que o CICV em geral não faz é denunciar um lado publicamente. Em vez disso, realiza pedidos formais diretos e bilaterais sobre como estão conduzindo as hostilidades. Se o CICV tiver informações de que uma ou mais partes de um conflito estão violando o Direito Internacional Humanitário (DIH) – isto é, provocando desaparecimentos forçados, abusos contra prisioneiros, matanças indiscriminadas de civis –, a organização informará confidencialmente às partes mediante relatórios e encontros diretos que tal comportamento é ilegal e deve ser interrompido.



I. Malla/Crescente Vermelho Árabe Sírio

Durante conflitos, o CICV muitas vezes pede publicamente a todos os lados que respeitem o Direito Internacional Humanitário (DIH).

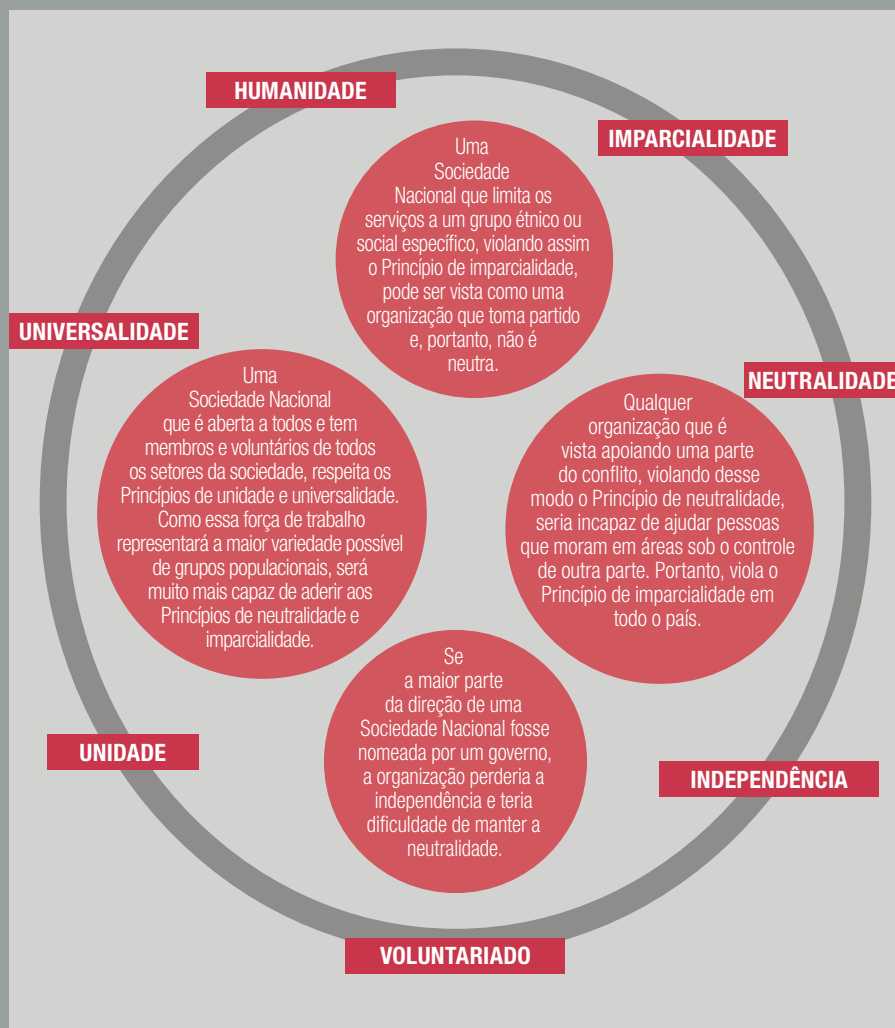
Somente quando observa graves e repetidas violações do DIH – e após fazer pedidos formais em vão –, o CICV torna pública a sua preocupação.

Mas essa é a exceção, não a regra. O motivo é simples: como busca proteger pessoas vulneráveis, o CICV deseja assegurar o constante acesso às pessoas que são detidas ou sofrem outros abusos. Além disso, a organização quer garantir que os seus relatórios não sejam usados, ou vistos, como ferramentas para a propaganda política, o que então prejudicaria a neutralidade e a credibilidade.

Além disso, o CICV, juntamente com os parceiros do Movimento, participa de esforços para ampliar o alcance das normas de proteção contidas no DIH, a fim de promover maior respeito pela vida e pela dignidade humana.

PRINCÍPIOS INTERCONECTADOS:

Como o Princípio de neutralidade se vincula aos outros Princípios Fundamentais?



Durante tempos de paz, o Movimento defende melhorias nos sistemas regulatórios que têm um impacto sobre a preparação e a resposta a desastres. Da mesma forma, os membros do Movimento podem defender políticas mais humanas em relação aos refugiados e migrantes ou assumir uma posição sobre questões importantes de saúde e segurança. Ao fazê-lo, devem se envolver nos processos políticos até certo ponto, ao mesmo tempo em que evitam tomar partido em debates políticos que estão além dos limites da preocupação humanitária.

Custos da neutralidade

Mas a neutralidade tem um custo. A fim de assegurar que a ajuda humanitária não seja usada para apoiar a agenda política de um grupo ou que o Movimento não seja considerado parte de nenhuma campanha militar, os membros do Movimento nem sempre podem aceitar os serviços que lhes são oferecidos, ainda que esses serviços possam proporcionar benefícios imediatos. Isto porque governos, as Nações Unidas, organizações não governamentais e grupos religiosos podem não ser neutros em um conflito em particular ou podem não aplicar os Princípios Fundamentais de forma consistente com o enfoque do Movimento.

Por exemplo, para manter a distância necessária do apoio político das forças de manutenção de paz da ONU a um governo em particular, o Movimento deve providenciar o seu próprio transporte para pessoas e produtos. Mas isto é difícil em países onde os aviões da ONU são os únicos prontamente disponíveis. Na mesma linha, o Movimento deve prestar atenção – e algumas vezes entrar em longas negociações – sobre os logotipos que podem ser impressos na ajuda que distribui ou nos veículos de transporte. Tudo isso aumenta o custo financeiro das operações. No entanto, embora seja difícil quantificar, o Princípio de neutralidade mostrou ser a ferramenta mais confiável e eficaz na obtenção do acesso a áreas às quais muitas organizações internacionais não podem ir.

Ação humanitária: uma força para a paz?

As pessoas perguntam porque o Movimento não participa de mais atividades de pacificação, já que é humanitário. Um motivo é a neutralidade. Em situações de conflito, o Movimento não contribui diretamente para processos de paz. Nem toma partido em debates políticos sobre se certa guerra é “justa” ou “injusta”. Fazer isso compromete a neutralidade política e, portanto, a capacidade de ajudar as pessoas afetadas adversamente pelo conflito. A decisão de ir ou não à guerra costuma ser extremamente politizada. Portanto, cabe a terceiros convencerem as partes beligerantes a iniciarem negociações de paz. Dito isso, o trabalho global do Movimento, que se baseia em sentimentos de solidariedade e unidade, pode ter o objetivo de fomentar um espírito de paz e promover a reconciliação entre os adversários. Isso é expressado no Princípio de humanidade, segundo o qual o Movimento “favorece a compreensão mútua, a amizade, a cooperação e a paz duradoura entre todos os povos”.

PRINCÍPIOS EM AÇÃO:

PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA A TODOS NA SOMÁLIA

O hospital Keysaney de Mogadíscio oferece assistência à saúde de forma imparcial há mais de duas décadas. Em grande parte, isto se deve à reputação de neutralidade do Crescente Vermelho Somali durante a sangrenta guerra civil, de acordo com um estudo de 2013 realizado pela Cruz Vermelha Britânica.

Em 1991, Mogadíscio estava dividida. Civis e combatentes feridos no norte da cidade não tinham acesso aos serviços hospitalares na região sul. O Crescente Vermelho Somali e o CICV decidiram transformar em hospital um antigo presídio no nordeste de Mogadíscio. Logo após abrir as portas, em 1992, o hospital já atendia mais de cem novos pacientes por dia.

Como o controle da área mudou de mãos diversas vezes durante os anos 2000, era essencial que a equipe do hospital ganhasse a confiança de todos os lados se quisesse permanecer em segurança e capaz de atender todas as pessoas. Foi graças a essa neutralidade que o hospital Keysaney pôde continuar aberto e operacional, independentemente do grupo que controlava a região.

Desde que foi criado, o hospital atendeu mais de 200 mil pessoas, incluindo mais de 30 mil com ferimentos relacionados com armas de fogo. “Só podemos realizar o nosso trabalho nesse ambiente difícil porque somos estritamente neutros e reconhecidos dessa forma”, diz o diretor do hospital.

“Só podemos realizar o nosso trabalho nesse ambiente difícil porque somos estritamente neutros e reconhecidos dessa forma”.

Diretor do Hospital Keysaney em Mogadíscio, Somália

Graças ao Princípio de neutralidade, a equipe médica deste hospital em Mogadíscio pode oferecer serviços básicos de saúde a todos, incluindo os feridos nos confrontos.



PRINCÍPIOS EM AÇÃO:

NEUTRALIDADE E COMUNIDADE

Os Princípios Fundamentais são relevantes não apenas em tempos de crise e conflito. Para muitas Sociedades Nacionais, são essenciais para a manutenção da confiança da população e o fortalecimento de vínculos com as comunidades locais.

A Cruz Vermelha Australiana, por exemplo, percebeu que os Princípios desempenhavam uma função vital no fortalecimento das atividades humanitárias com as comunidades aborígenes e insulares de Torres Strait. Os Princípios de neutralidade e imparcialidade repercutem fortemente especialmente entre os funcionários e voluntários dessas comunidades, segundo um estudo da Cruz Vermelha Australiana.

Bom exemplo disso é Woorabinda, onde os funcionários e voluntários da Cruz Vermelha oferecem uma ampla gama de serviços para melhorar a saúde da comunidade, preparação para desastres e inclusão social. A comunidade tem cerca de mil pessoas e foi criada em 1927, quando membros de vários grupos aborígenes e insulares de Torres Strait foram colocados à força ali pelo governo australiano.

Essa história, juntamente com outras políticas e atitudes, teve um impacto negativo e duradouro sobre a vida social, econômica, cultural e espiritual dessas populações.

Os Princípios ajudam as pessoas a entenderem que a Cruz Vermelha ajudará qualquer um que necessite, sem importar a identidade religiosa ou cultural ou mesmo as relações familiares. “Ao sermos neutros e independentes, podemos explicar às comunidades que estamos aqui para não tomar nenhum partido”, afirmou uma pessoa entrevistada no estudo. Essa compreensão leva a uma maior aceitação e ao respeito mútuo, o que por sua vez promove um maior envolvimento da comunidade na Sociedade Nacional e nos seus serviços.

Trabalhar com pessoas vindas de contextos tão diversificados coloca em evidência a necessidade de explicar as coisas de uma maneira que faça sentido em cada contexto cultural. Funcionários e voluntários locais às vezes explicam os Princípios através de pinturas que empregam imagens extraídas da cultura indígena e do “yarning” – o termo local para o ato de contar de histórias.

Taleesha Sweeney, voluntária da Cruz Vermelha de Woorabinda que ajudou a pintar um mural dos Princípios Fundamentais do lado de fora da sede da filial local da Cruz Vermelha, diz que essas atividades ajudam a mudar as atitudes sobre os serviços da Sociedade Nacional.



“Quando houve problemas entre os membros da comunidade, os jovens comentaram ‘Você não pode tomar partido porque trabalha na Cruz Vermelha’, o que mostra um incrível aumento na compreensão sobre a função da Cruz Vermelha na comunidade”, diz ela, lembrando que os Princípios também fazem com que todos se sintam bem-vindos na filial da Cruz Vermelha e lhes dão um sentimento de pertencimento. “Trata-se de criar um espaço seguro para que as pessoas venham”, afirma. “Reunir todo mundo nesse espaço, onde não julgamos e podemos sentar e conversar sobre qualquer coisa.”

Voluntária da Cruz Vermelha Australiana das ilhas Tiwi confere uma expressão física ao Princípio de universalidade.



INDEPENDÊNCIA

O Movimento é independente. Auxiliares dos poderes públicos nas suas atividades humanitárias e submetidas às leis que governam os respectivos países, as Sociedades Nacionais devem, no entanto, conservar uma autonomia que lhes permita agir sempre segundo os princípios do Movimento.





As Sociedades Nacionais agem como auxiliares das autoridades no âmbito humanitário, mas são organizações independentes que tomam as próprias decisões sobre quando e onde a ajuda é necessária. Na imagem: um voluntário conversa com uma mulher do lado de fora do abrigo noturno para migrantes sem documentos, criado pela Cruz Vermelha Norueguesa e um parceiro local em resposta às necessidades urgentes.

INDEPENDÊNCIA

Quando o CICV e as primeiras Sociedades Nacionais foram criados há mais de 150 anos, os fundadores reconheceram como é importante ser independente.

As Sociedades Nacionais deveriam estar em condição de tomar as próprias decisões para prestar de assistência com base puramente na necessidade, sem se submeter a poderes políticos, militares e de outra natureza.

A independência ainda tem a mesma relevância hoje. As Sociedades Nacionais, como o CICV e a Federação Internacional, devem poder tomar as próprias decisões. Não devem se submeter à pressão política nem se deixar levar pela opinião pública, que pode ser influenciada por uma mídia que muda de foco rapidamente.

Em um sentido mais amplo, independência significa que os membros do Movimento devem resistir à interferência – política, ideológica ou econômica – que poderia impedi-los de agir segundo os Princípios Fundamentais de humanidade, imparcialidade e neutralidade.

Autonomia de ação

Nenhuma Sociedade Nacional pode, por exemplo, aceitar contribuições financeiras para ajudar pessoas apenas com base em critérios políticos, étnicos ou religiosos com a exclusão daquelas cujas necessidades talvez sejam maiores. Da mesma forma, a fim de merecer a confiança de todos e gozar da credibilidade essencial para realizar a missão, os membros do Movimento não devem, de forma alguma, parecer instrumentos de políticas governamentais.

Além disso, uma Sociedade Nacional que decidiu conduzir operações de assistência em virtude da pressão da população e não dos seus próprios critérios pode terminar prestando ajuda inadequada ou mesmo prejudicial. Isto, por sua vez, pode levar a recriminações e perda de confiança da população.



O Princípio de Independência é importante porque permite que a Sociedade Nacional realize um trabalho que pode ser controverso ou culturalmente delicado. Na foto: funcionário da Cruz Vermelha Colombiana em Cali compartilha informações sobre doenças sexualmente transmissíveis e outras questões de saúde com trabalhadoras sexuais e outras pessoas vulneráveis.

Muitas Sociedades Nacionais no mundo todo trabalham com governos para melhorar as leis e regulamentos que regem a distribuição de ajuda humanitária após desastres. Por exemplo, leis sobre produtos importados podem impedir a ajuda de emergência se não forem abertas exceções durante as crises. Na imagem: colaboradores da Cruz Vermelha das Ilhas Cook conversam com funcionários do governo e representantes da sociedade civil sobre como melhorar as leis nacionais que regulam a resposta a desastres.



Função de auxiliares: manutenção de um equilíbrio saudável

Também é fundamental que as autoridades públicas entendam e respeitem a autonomia e o status jurídico distinto das Sociedades Nacionais conforme as Convenções de Genebra de 1949, os estatutos do Movimento e as resoluções adotadas pela Conferência Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho.

Esses documentos concedem às Sociedades Nacionais a função de “auxiliares” das autoridades públicas no âmbito humanitário. A função de auxiliares que as Sociedades Nacionais possuem remonta aos primeiros dias da Cruz Vermelha, quando profissionais de saúde voluntários foram reconhecidos pela primeira vez como auxiliares dos serviços de saúde militares. Com o tempo, o conceito mudou para englobar uma ampla variedade de atividades humanitárias que apoiam as autoridades públicas durante crises e em tempos de paz.

Isto não significa que as Sociedades Nacionais estejam subordinadas aos respectivos governos e, sim, que podem receber a incumbência de complementar as atividades do governo ou dos serviços públicos que o governo não pode oferecer.

Para manter a independência operacional da Sociedade Nacional, no entanto, a relação de auxiliares do governo deve ser claramente definida na legislação nacional, nos estatutos da Sociedade Nacional e nos acordos formais entre a Sociedade Nacional e o governo. Essas leis e convênios devem definir as funções confiadas à Sociedade Nacional, prever a mobilização de recursos necessários para tais funções pelo governo e confirmar a capacidade e a prerrogativa da Sociedade Nacional de prestar serviços humanitários sempre em conformidade com os Princípios Fundamentais.

Em virtude do status de auxiliares, as Sociedades Nacionais têm o dever de considerar seriamente qualquer pedido feito pelo governo para a realização de atividades humanitárias. E o governo pode tirar o máximo proveito dos serviços da Sociedade Nacional para complementar os serviços sociais públicos e os sistemas de preparação e resposta a emergências.

Mas os governos não devem pedir que as Sociedades Nacionais realizem atividades que entrem em conflito com os Princípios Fundamentais ou com os estatutos do Movimento. Os Estados, por serem partes das Convenções de Genebra e membros da Conferência Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, comprometem-se a respeitar a capacidade das Sociedades Nacionais de respeitarem sempre os Princípios Fundamentais e a não interferir na autonomia de ação e na tomada de decisão de uma Sociedade Nacional.

Algumas vezes, isto significa que as Sociedades Nacionais, o CICV e a Federação Internacional podem precisar dizer não a certas propostas, caso não estejam de acordo com os Princípios Fundamentais.

Ao mesmo tempo, uma Sociedade Nacional pode decidir, com base no Princípio de imparcialidade, realizar atividades de bem-estar social para ajudar grupos especialmente vulneráveis (refugiados, prisioneiros libertados, dependentes de drogas, etc.), mesmo se o Estado não tiver pedido a ela que tome a medida.

Desafios à autonomia

Mas permanecer independente nem sempre é fácil. Por exemplo, em alguns casos o Estado é representado na direção da Sociedade Nacional. Isto pode ser útil para a coordenação com as autoridades públicas (por exemplo, Ministérios de Saúde, Educação e Defesa), mas deve ocorrer somente se os representantes eleitos livremente formarem a maioria da direção da Sociedade Nacional. Essa regra deve ser claramente definida nos estatutos da Sociedade Nacional.

A organização garantirá ainda mais sua independência ao recrutar trabalhadores voluntários de todos os setores sociais, culturais e econômicos da população, dando-lhes a oportunidade de participar de decisões importantes e serem eleitos para posições de liderança.

A Cruz Vermelha Peruana, apoiada pelo Fundo de Ajuda de Emergência em Desastres da Federação Internacional, distribui cobertores durante um período extremamente frio nos Andes. O Fundo foi criado para permitir que as Sociedades Nacionais respondam rapidamente a crises, especialmente a aquelas que não atraem ampla atenção internacional.



Outras pressões

A origem dos recursos financeiros pode influenciar se a ação humanitária é ou é vista como independente. Quanto mais diversas forem as fontes de recursos, mais autônomas as organizações humanitárias serão.

Na esteira da crise financeira global, muitas pessoas de países de renda mais elevada começaram a questionar os orçamentos de ajuda externa dos seus governos. Como resultado, muitos países doadores exigiram mais responsabilidade das organizações humanitárias. Ao mesmo tempo, tem havido menos disposição em apoiar orçamentos básicos das organizações, com uma mudança de foco para áreas de interesse ou projetos específicos. Com a proliferação das organizações humanitárias nos últimos anos, os doadores têm tido mais escolhas sobre o destino do seu dinheiro.

Tudo isso levou a muitas mudanças positivas. A maior exigência de responsabilidade tem obrigado as organizações a demonstrar mais eficiência no gasto do dinheiro e benefícios concretos do financiamento – ações essenciais para manter a confiança da população e assegurar que a ajuda seja destinada aos que mais necessitam.

No entanto, a tendência traz um desafio à independência das organizações humanitárias se elas cada vez mais aceitarem dinheiro para financiar apenas projetos específicos. Isto pode debilitar a capacidade de tomar as próprias decisões sobre quem mais necessita de ajuda na comunidade, prejudicando assim o Princípio de imparcialidade. Embora no curto prazo esses recursos possam permitir que as Sociedades Nacionais façam a diferença na comunidade e também que algumas delas tenham maior autonomia em relação ao governo, essa autonomia pode ser seriamente comprometida quando o financiamento do projeto específico terminar.

Em resposta, o Movimento tenta continuamente ajudar as Sociedades Nacionais a estabelecer e reforçar vínculos com uma gama mais ampla de doadores no país, o que por sua vez as torna menos dependentes de uma única fonte de recursos. Da mesma maneira, Sociedades Nacionais com atividades diversas (incluindo as que geram renda) podem ser menos susceptíveis a pressões financeiras que poderiam comprometer a independência. Manter a credibilidade aos olhos dos habitantes significa que, se a independência for ameaçada, a Sociedade Nacional pode contar com o apoio da população.

Finalmente, há um vínculo estreito entre o desenvolvimento organizacional e o respeito pelos Princípios Fundamentais: uma Sociedade Nacional com estrutura administrativa e financeira inadequada estará menos preparada para manter a independência em relação às autoridades que outra que conta com uma estrutura sólida e que pode reunir o apoio de voluntários bem treinados e motivados.

Cooperação versus independência

A independência é de essencial importância quando se trabalha em parceria com organismos governamentais, organismos de financiamento internacional, outras organizações humanitárias e grupos da comunidade local. Isto ocorre, sobretudo, na resposta a desastres de grande escala, em que a coordenação e a cooperação são essenciais para realizar o maior impacto com recursos e tempo limitados.

O Movimento se esforça para trabalhar com terceiros que ajudam as pessoas afetadas por conflitos e desastres naturais, mas muitas vezes reivindica independência quando outras agendas econômicas, políticas ou mesmo militares entram em jogo.

O Princípio de independência não significa que não possamos trabalhar com outras organizações que tentam ajudar pessoas vulneráveis, desde que isto não afete a capacidade de aplicação dos Princípios.





Cruz Vermelha Finlandesa

As forças armadas e as organizações de defesa civil muitas vezes desempenham uma função essencial na resposta a desastres naturais. Os componentes do Movimento podem trabalhar com elas, desde que isto não tenha um impacto negativo sobre como o Movimento como um todo seja percebido e não haja violação real ou percebida dos Princípios de independência e neutralidade. Na imagem: militares franceses entregam ajuda em Vanuatu.

Isto é especialmente importante ao trabalhar em áreas de conflito ou violência grave. Para ser efetiva, a ação humanitária precisa ser distinta dos interesses políticos e militares e deve ser percebida desse modo. A razão para trabalhar de forma independente é simples: em qualquer conflito, as partes tenderão a rejeitar as organizações humanitárias suspeitas de ter segundas intenções.

Enfoques integrados que combinam elementos políticos, militares, de reconstrução e humanitários, como os defendidos por diversos Estados, entram em conflito com o Princípio de independência.

Não que isto ocorra porque o Movimento evite conversar com os militares. Na realidade, o CICV quer - na maioria das vezes consegue - manter um diálogo ativo com os militares e outros grupos armados. No entanto, a postura do Movimento é que as atividades humanitárias não devem ser designadas como parte das campanhas militares por “corações e mentes”, nem devem ser usadas para promover ou acompanhar uma mudança de regime. Confundir a distinção entre as atividades humanitárias e as políticas ou militares pode acabar impedindo a prestação de proteção e assistência humanitária de forma não discriminatória para todas as vítimas de um conflito.



VOLUNTARIADO

É um movimento de socorro voluntário e de caráter desinteressado.



Voluntário da Cruz Vermelha Indiana conversa com um homem com tuberculose, como parte de um programa para ajudar pacientes a prosseguir com o tratamento.

VOLUNTARIADO

Todos os dias, no mundo inteiro, pessoas dedicam tempo e energia para ajudar os demais gratuitamente. Visitam lares de idosos, ajudam pessoas a doar sangue e distribuem cobertores para vítimas de incêndios domésticos. Em emergências, os voluntários oferecem primeiros socorros e, algumas vezes, realizam atos de enorme coragem. Devotam dias, semanas e até mesmo anos à construção de abrigos e à proteção de comunidades contra doenças infecciosas.

Estima-se que haja 17 milhões de voluntários no Movimento. Um estudo recente da Federação Internacional calculou que os serviços dessas pessoas têm um valor econômico de mais de seis bilhões de dólares por ano.

Mas não se trata de dinheiro. O voluntariado é um princípio central do Movimento. O trabalho deve ser movido por devoção individual e compromisso com os objetivos humanitários mais do que um desejo de ganho financeiro, prestígio, posição social ou progresso pessoal. Isto se aplica tanto ao trabalho pago como ao não pago: embora os funcionários do Movimento recebam salário, são motivados pelo mesmo desejo desinteressado de ajudar as pessoas necessitadas.

Esse espírito de voluntariado desinteressado ajuda a reforçar a adesão do Movimento aos outros princípios. Quando indivíduos não procuram ganho pessoal e as organizações não são movidas pelo lucro, as pessoas podem confiar que as ações são tomadas sem pressões financeiras. O voluntariado pode também cumprir uma função na promoção da coesão social e da saúde comunitária de maneiras que são extremamente valiosas mas difíceis de quantificar.

A origem do voluntariado

Foi no campo de batalha de Solferino, em 1859, que Henry Dunant, impressionado com a insuficiência dos serviços de saúde e o número de soldados que morreram pela falta de atendimento, concebeu a formação de “sociedades de assistência com a finalidade de prestar atendimento aos feridos em tempos de guerra por voluntários zelosos, dedicados e altamente qualificados.”

Embora os primeiros voluntários da Cruz Vermelha tenham trabalhado em campos de batalha ou perto deles, hoje realizam uma série de tarefas sociais e de saúde no dia a dia e após desastres naturais.



Como eles próprios muitas vezes vêm de países e comunidades afetados pela crise, os voluntários da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho costumam ser os primeiros a aparecer quando as pessoas necessitam. Na imagem: membros da Cruz Vermelha Ucrâniana ajudam pessoa ferida durante distúrbios.



Voluntário da Cruz Vermelha Chilena em busca de sobreviventes após um terremoto demonstra o espírito do voluntariado.

Ainda é relevante?

O voluntariado ainda é um modelo relevante no enfrentamento das consequências de conflitos e desastres naturais, sem falar na variedade de questões sociais, econômicas e relacionadas à saúde que afetam a sociedade moderna? Acreditamos que sim. Embora não possa e não deva ser visto como o principal remédio para essas questões, o voluntariado pode ter um impacto importante. Em primeiro lugar, em muitos países, os governos simplesmente não têm os recursos, a infraestrutura ou a vontade política para responder a muitos desses problemas. E mesmo em países em que a assistência à saúde e ao bem-estar da população é ampla ou inteiramente prestada pelo Estado, ou em países cujas Sociedades Nacionais têm grande número de funcionários assalariados bem treinados e competentes, existem lacunas em serviços que devem ser preenchidas.

Por mais competentes e dedicados que sejam os profissionais da saúde, sempre há sofrimentos que somente voluntários familiarizados com as condições locais podem detectar. Embora não se pretenda que o serviço voluntário substitua o trabalho pago ou os serviços governamentais, em muitos lugares um número considerável de pessoas não receberia ajuda se todo o trabalho feito por voluntários tivesse de ser pago.

Além disso, o próprio fato de que os voluntários da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho não sejam funcionários públicos trabalhando sob ordens pode contribuir para que ganhem a confiança dos homens e mulheres que tentam ajudar.

Uma base sólida

Uma das fortalezas do movimento é a sua ampla rede de voluntários que estão fortemente ligados às suas comunidades, embora independentes das autoridades locais e de interesses políticos. O seu conhecimento sobre o contexto local e a aceitação dentro da comunidade lhes confere uma função essencial nas equipes de primeira resposta e facilitadores em caso de crise. Sem o apoio dos voluntários vindos de todos os contextos políticos, religiosos e sociais, a Sociedade Nacional não poderia conquistar a confiança de todas as partes, indispensável para a obtenção do acesso a todas as vítimas em conflitos armados.

Ter uma rede ativa de voluntários também ajuda a manter as Sociedades Nacionais em contato com as preocupações e aspirações de todos os segmentos da sociedade: os jovens, os idosos, os ricos e os pobres.

O voluntariado entre os jovens é uma fonte de esperança para uma sociedade mais pacífica e coesa, já que reúne pessoas de diversas orientações e histórias de vida em torno de uma causa comum. Em áreas afetadas pela violência, pela pobreza e por serviços de saúde precários, os voluntários locais podem contribuir positivamente para a comunidade.

Finalmente, em muitos países, programas de voluntários servem como um treinamento de facto, oferecendo capacitação e uma plataforma de promoção da coesão social em países com muito poucas oportunidades como essas.



O Princípio de voluntariado inspira as pessoas a participar do trabalho diário no longo prazo para melhorar a saúde e o bem-estar das comunidades locais, em tempos de calma ou crise. Na imagem: voluntários da Cruz Vermelha e moradores locais, em um assentamento em quarentena na Guiné, ajudam a limpar a área portuária do povoado como parte de uma campanha para melhorar a higiene e reduzir a incidência de doenças infecciosas.



PRINCÍPIOS EM AÇÃO:

“UMA VEZ VOLUNTÁRIO, SEMPRE VOLUNTÁRIO.”

Narayan Kumar Shrestha é conhecido como o “tio da Ambulância” – o que mostra a importância do seu trabalho humanitário de emergência no Nepal. Durante os terremotos de 2015, ele resgatou mais de 100 pessoas, carregando muitas delas nas costas. Também prestou apoio psicossocial a pessoas traumatizadas pelo desastre.

“O voluntariado é a base do Movimento e o meu trabalho é como um tijolo que ajuda a construir o castelo. É no espírito do voluntariado que as pessoas se associam à Cruz Vermelha. Sinto-me recompensado quando as pessoas dizem que o apoio psicossocial as ajudou a reconstruir a confiança e a retomar a vida normal.”



• Enfermeira treinada em Bangui, na República Centro-Africana, Edwige Marina é a voluntária líder em apoio psicossocial da Cruz Vermelha Centro-Africana. Ela sabe como as famílias sofrem devido ao conflito. O seu irmão mais novo foi morto e a sua família deslocada depois que a casa onde morava foi saqueada e destruída. Uma vez, após um ataque contra um campo de deslocados onde trabalhava, Marina quase desistiu do trabalho humanitário.

“Eu olhava para as pessoas ao meu redor e sentia compaixão. Por terem sido deslocadas duas vezes, precisavam de mim mais do que nunca. Desde então, nunca olhei para trás. Acredito que o voluntariado é um chamado. Uma vez voluntário, sempre voluntário.”

• Embora Ala Sahim fosse um oficial no terreno pago e integrante de uma equipe cirúrgica móvel em Aden durante o conflito de 2014 no Iêmen, a sua dedicação é exemplo do espírito do voluntariado. Ele trabalhou no hospital de Al-Gomhariah em tempo integral para mantê-lo em funcionamento apesar do confronto e dos bombardeios em toda a região.

“Eu não podia chegar em casa devido aos bloqueios na estrada. Tinha medo de que, se sáísse, não pudesse retornar ao hospital onde precisavam de mim. Era um grande desafio estar a cargo do hospital e do seu programa de resposta de emergência em meio aos confrontos. Estou muito orgulhoso das nossas realizações. Conseguimos atender 800 feridos de guerra em um mês.”

O voluntariado dá esperança e um senso de propósito às pessoas. Na imagem: voluntários da Cruz Vermelha de Kiribati comemoram com o instrutor após concluir o treinamento de primeiros socorros.



UNIDADE

Em cada país só pode existir uma Sociedade da Cruz Vermelha ou do Crescente Vermelho, devendo ser acessível a todos e estender a sua ação humanitária a todo o território nacional.

UNIDADE

O Princípio de unidade pode parecer um tanto banal, mas a sua importância vai além do que se percebe à primeira vista. O Princípio é essencial para assegurar que os Princípios Fundamentais de neutralidade, imparcialidade, universalidade e independência possam ser respeitados. A exigência de que haja apenas uma Sociedade Nacional que cubra todo o território de um dado Estado significa que ela deve manter filiais em todas as partes do país. A exigência de que seja acessível a todos significa que a sua força de trabalho deve representar todos os grupos que formam a população. Esses fatores aumentam enormemente a probabilidade de que a Sociedade Nacional seja capaz de permanecer neutra em disputas e controvérsias nacionais, e que possa prestar assistência eficaz e imparcial a todas as partes do país quando for necessário.

O Princípio de unidade significa que o Movimento é aberto a todos. Por exemplo, detentos de vários presídios da Irlanda entraram para a Cruz Vermelha Irlandesa. Os Princípios Fundamentais estão no centro do trabalho dessas pessoas, o que permite o pleno acesso dos presidiários aos serviços de saúde e previne a violência.

Ser a única Sociedade Nacional no país

Por esse motivo, a lei ou decreto do governo que reconhece a Sociedade Nacional geralmente a aponta como a única Sociedade da Cruz Vermelha ou do Crescente Vermelho que pode realizar atividades no território nacional.

Além do risco de confusão na mente da população se houver diversas associações realizando as mesmas tarefas, também existe o risco de que venham a representar diferentes comunidades dentro do país, prejudicando a sua capacidade de permanecer imparciais, neutras e independentes.

Não discriminar no recrutamento dos membros

A força de uma Sociedade Nacional vem da diversidade e de uma ampla base de membros. Portanto, é essencial que seja aberta a todos e que isto se reflita na direção da organização. Isto aparece nos Estatutos do Movimento, que exigem que uma Sociedade Nacional “recrute os membros voluntários e colaboradores sem consideração de raça, sexo, classe, religião ou opinião política”.

Uma Sociedade Nacional deve recrutar membros de todos os grupos étnicos e sociais do país para obter a confiança de todos, sem a qual seria impossível cumprir sua missão de maneira efetiva. O exercício das atividades não deve prosseguir na preservação das classes mais privilegiadas, abrindo-se às comunidades urbanas e rurais. Ao receber o pleno apoio de pessoas de todos os estratos sociais, a Sociedade Nacional obterá os meios e a autoridade necessários para resistir a pressões externas que poderiam debilitar a sua autonomia ou o seu mandato humanitário imparcial.

Não discriminar no recrutamento torna-se especialmente importante em países onde as comunidades se opõem entre si por motivos políticos, raciais ou religiosos. A Sociedade Nacional não deve permitir-se adquirir qualquer viés político ou ideológico, devendo ser inclusivos a publicidade e o recrutamento dos voluntários.





O Princípio de unidade exige que uma Sociedade Nacional trabalhe em todo o país. Na imagem: voluntários da Cruz Vermelha de Montenegro ajudam pessoas em áreas remotas em baixas temperaturas durante uma onda de frio especialmente intensa.

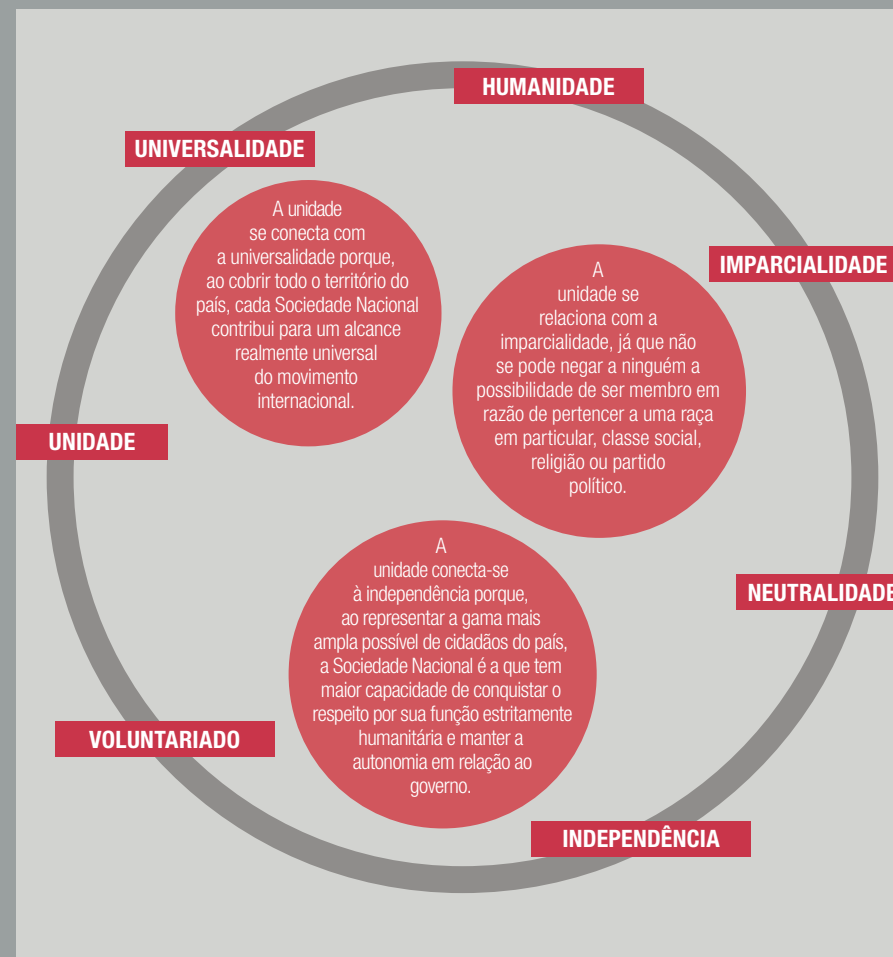
Cobertura de todo o território

A exigência de que a Sociedade Nacional cubra todo o território do país natal serve para garantir que certas regiões não serão negligenciadas a favor de outras – uma violação do Princípio de imparcialidade.

Isto pode se mostrar difícil em certos conflitos internos, onde uma grande parte do território nacional pode estar inacessível à Sociedade Nacional. Embora circunstâncias desse tipo possam em alguns casos afetar a possibilidade de concessão oficial do Movimento à Sociedade Nacional, não devem impedir que o Movimento estabeleça relações práticas de trabalho com a organização envolvida e a ajude no trabalho humanitário.

PRINCÍPIOS INTERCONECTADOS:

Como o Princípio de Unidade se relaciona com os outros Princípios Fundamentais?



Os Princípios Fundamentais estão estreitamente relacionados: cada Princípio depende dos outros para ser plenamente realizado.

PRINCÍPIOS EM AÇÃO:

UNIDADE: BASE PARA A INDEPENDÊNCIA

Logo após se tornar independente, o Sudão do Sul foi palco de um conflito devastador. Com as graves tensões, era um enorme desafio prestar assistência humanitária aos milhões de civis que se encontraram entre as facções em guerra.

Mas a Cruz Vermelha do Sudão do Sul conseguiu exercer o seu trabalho, em parte graças a uma lei aprovada pelo governo daquele país que a reconheceu como uma organização humanitária independente, imparcial e neutra. O governo aceitou que a Sociedade Nacional operaria em conformidade com os Princípios Fundamentais e que tinha autonomia para decidir como conduzir as suas operações. Ser reconhecida como independente foi essencial para a prestação de assistência às pessoas em todas as partes do país.



J. Cernius/Federação Internacional

“Quando o governo ou grupos armados tentaram interferir nas operações de ajuda, os funcionários e voluntários puderam ressaltar que a lei foi assinada por todos os membros do Parlamento, representando todas as regiões e grupos étnicos do país”, diz John Lobar, secretário-geral da Cruz Vermelha do Sudão do Sul. “Isto não significa que as coisas sempre corram bem para os voluntários que trabalham em áreas de extrema violência e tensão. Mas lhes dá uma base forte para explicar os seus argumentos.”

Muitas Sociedades Nacionais podem ter sido divididas como resultado do conflito. Mas isto não aconteceu no Sudão do Sul. Os membros, funcionários e voluntários se uniram para prestar ajuda urgente aos necessitados.

“O nosso conselho administrativo e o conselho das nossas filiais devem incluir representantes de diferentes grupos étnicos”, diz Lobar. “Quando as pessoas veem que são representadas – que todos são representados –, isto gera um sentimento de pertencimento. Sentem que esta é a sua Sociedade Nacional.”

Este sentimento de unidade ajuda a Sociedade Nacional a funcionar de forma coesa e permite que propicie assistência humanitária imparcial aos mais necessitados, independentemente do grupo étnico.

Voluntários da Cruz Vermelha do Sudão do Sul participam de treinamento em primeiros socorros.





UNIVERSALIDADE

O Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, em cujo seio todas as Sociedades Nacionais têm os mesmos direitos e o dever de se ajudarem mutuamente, é universal.



A universalidade do Movimento fica em evidência anualmente quando voluntários do mundo todo se encontram em Solferino, na Itália. A batalha de Solferino inspirou a criação do Movimento 150 anos atrás.



A Federação Internacional, as Sociedades Nacionais e o CICV trabalham em conjunto em crises, cada um contribuindo de acordo com o seu mandato individual. Na imagem: delegado da Federação Internacional conversa com um homem deslocado pelos confrontos na Ucrânia.

UNIVERSALIDADE

Com este último princípio, voltamos ao primeiro. O chamado para aliviar o sofrimento humano “onde quer que esteja” exige uma resposta em âmbito mundial. Não podemos pretender ser verdadeiramente dedicados a reduzir o sofrimento humano se ignorarmos certas regiões do nosso mundo ou setores da sociedade.

O nosso compromisso humanitário deve estar acima das barreiras políticas, raciais e religiosas. A solidariedade global é inerente ao Princípio de humanidade e expressada através do Princípio de universalidade. Por isso, cada Sociedade Nacional do Movimento tem o dever de apoiar as Sociedades irmãs e ajudá-las quando for necessário.

A universalidade do Movimento fica mais claramente visível através de nossas Sociedades Nacionais, que existem em quase todos os países do mundo. Embora alguns países ainda não tenham uma Sociedade Nacional da Cruz Vermelha ou do Crescente Vermelho – ou tenham Sociedades ainda não reconhecidas como membros plenos do Movimento –, em 2015 havia Sociedades Nacionais em 189 países.

O Princípio de universalidade não menciona explicitamente a Federação Internacional ou o CICV, mas as duas organizações incorporam a universalidade do Movimento. A Federação faz isso facilitando e incentivando a cooperação entre as Sociedades Nacionais e coordenando esforços internacionais de ajuda após desastres naturais. Já o CICV trabalha em qualquer país onde haja conflito armado e violência grave e que requeira resposta humanitária.

A solidariedade do Movimento é especialmente evidente após desastres de larga escala ou em tempos de guerra, quando mobiliza apoio para pessoas e Sociedades Nacionais nos países afetados. Mas a solidariedade global não se restringe a épocas de crise. Em tempos de paz, o Movimento também trabalha para desenvolver e fortalecer as Sociedades Nacionais, particularmente as mais novas ou de países de baixa renda com menores recursos. Cabe então às Sociedades mais prósperas e experientes apoiá-los em um espírito de respeito mútuo e igualdade.

O Princípio de universalidade exige que todo o Movimento trabalhe em conjunto para ajudar as pessoas mais vulneráveis. Na imagem: colaboradores do CICV e da Cruz Vermelha Filipina avaliam o impacto do conflito entre rebeldes armados e soldados do governo em Zamboanga.





Magen David Adom

O Movimento procura aliviar o sofrimento humano “onde quer que se encontre”. As Sociedades Nacionais, presentes em quase todos os países do mundo e agindo em solidariedade entre si, refletem a universalidade do Movimento.

Status igualitário

A igualdade, o respeito mútuo e o senso de responsabilidade compartilhada são essenciais para uma ação humanitária verdadeiramente universal. Afinal, são esses valores que permitem que nossa rede internacional extremamente diversa funcione de maneira eficiente segundo os Princípios Fundamentais de humanidade, imparcialidade e unidade – muitas vezes sob intensas pressões.

A diversidade é essencial para a identidade e a missão do Movimento. Essa diversidade decorre das origens culturais dos seus componentes no mundo todo – as Sociedades Nacionais, a Federação Internacional e o CICV – e de como as responsabilidades são compartilhadas entre os seus diferentes mandatos.

Para assegurar a igualdade, o Movimento é guiado por regras internas de modo que os componentes possam participar de decisões importantes que afetam o curso das atividades humanitárias. Por exemplo, cada Sociedade Nacional tem um voto na Assembleia Geral da Federação, no Conselho de Delegados do Movimento e na Conferência Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho.

Essa universalidade também se reflete em normas e princípios humanitários que surgem de fora do Movimento, mas pode traçar as suas origens nas iniciativas do Movimento (como é descrito na introdução, na página 80).

Um exemplo disso são as proteções legais internacionais para as pessoas afetadas por um conflito. O Direito Internacional Humanitário (DIH) e especialmente as quatro Convenções de Genebra de 1949 – assinadas por praticamente todos os Estados – vão além das particularidades e diferenças ideológicas nacionais. Por isso, é indispensável que as Sociedades Nacionais e o CICV, ao qual o direito humanitário confere certas responsabilidades, devem ajudar os Estados a difundir

conhecimento sobre esses importantes instrumentos universais que protegem as vítimas de guerras, além de promover o respeito por eles.

Desafios para a universalidade

O Princípio de universalidade também apresenta desafios ao Movimento. Por exemplo, para ingressar ou permanecer no Movimento, todas as Sociedades Nacionais devem aderir aos Princípios Fundamentais. Mas o Movimento deveria permitir um pouco de espaço de manobra a fim de continuar sendo o mais internacional e aberto possível? Ou as Sociedades Nacionais deveriam ser excluídas em caso de não aderir perfeitamente aos Princípios, mesmo que isso possa prejudicar a capacidade do Movimento de tomar medidas em alguns países? O Movimento deve pesar cuidadosamente cada situação individual para encontrar o curso certo de ação.

Embora certos graus de flexibilidade, paciência e entendimento mútuo sejam o preço a pagar para a manutenção da universalidade do Movimento, alguns compromissos são inaceitáveis: qualquer Sociedade Nacional que viole persistentemente o Princípio de humanidade, ou cujas atividades sejam deliberadamente preconceituosas, cortaria o vínculo, pelas suas próprias ações, com o Movimento.

O Princípio de universalidade exige que as Sociedades Nacionais ofereçam solidariedade e apoio de um modo que não prejudique outros componentes do Movimento – em particular, as Sociedades Nacionais em países em crise. Por mais bem intencionada que seja, uma Sociedade Nacional que intervém de forma unilateral no território de outra sem consentimento pode causar confusão, além de prejudicar a unidade, a universalidade e a independência da Sociedade Nacional do país em questão.

Assim como as falhas ou omissões de um componente do Movimento podem prejudicar toda a “família”, os sucessos de cada componente e a credibilidade e o poder da rede internacional podem beneficiar todos os integrantes. A universalidade sem igual dessa rede é um recurso precioso para toda a humanidade que deve ser protegido e cuidado através do respeito a todos os sete Princípios Fundamentais.

Quase todos os países são representados nas conferências internacionais e nos conselhos de delegados do Movimento.



Federação Internacional

PRINCÍPIOS EM AÇÃO:

A HISTÓRIA DE SUWARTI: UNIVERSALIDADE NA PRÁTICA

Rodeada por um cenário pós-apocalíptico, Suwarti sentou-se e lançou um olhar estupefato. “É chocante. Estou sem palavras”, disse ela a um jornalista. As molduras dos edifícios destruídos em torno dela formaram uma paisagem achatada de escombros, metais retorcidos, carros virados e barcos cercados por terra.

Vestida com o seu uniforme da Cruz Vermelha Japonesa, a jovem enfermeira havia viajado em 2011 ao nordeste do Japão com cinco colegas para ajudar pessoas que sobreviveram a um terremoto de magnitude 9,0. Após o tremor, um tsunami havia atingido comunidades ao longo da costa de Tohoku.

A destruição despertou em Suwarti lembranças das suas experiências na Indonésia, de onde ela vem. Chegou em Banda Aceh com uma equipe de assistência depois que um tsunami arrasou a cidade em 26 de dezembro de 2004.

Sete anos depois, e agora integrando um programa de intercâmbio de enfermagem com a Cruz Vermelha Japonesa, Suwarti novamente ajudou as vítimas de um tsunami. A sua determinação em ajudar foi reforçada pelas experiências em Banda Aceh. “Quando o meu país precisou, muitos países e organizações nos ajudaram, incluindo a Cruz Vermelha”, afirma.

“Os desastres podem ocorrer a qualquer momento e afetar qualquer pessoa. Assim, como membro da Cruz Vermelha, sinto que é o meu dever ajudar toda pessoa afetada por um desastre – independentemente da etnia, religião ou nacionalidade.”

Suwarti, enfermeira e voluntária da Indonésia e colaboradora da Cruz Vermelha Japonesa em Tóquio.





PRINCÍPIOS INTERCONECTADOS

Talvez não exista nada mais desafiador para a ação humanitária do que a guerra civil. Guerras civis aguçam os sentimentos de ódio; dividem sociedades e colocam um vizinho contra o outro. Com a intensificação dos ataques, membros de alguns grupos fogem em busca de segurança e bairros outrora diversos perdem sua riqueza multicultural.

Voluntários que trabalham nessas circunstâncias devem com frequência defender a sua neutralidade, imparcialidade e independência diante de pessoas que querem saber por que os voluntários “estão ajudando o inimigo”.

É um equilíbrio delicado para abordar. Durante o longo conflito no país, o Crescente Vermelho Árabe Sírio permaneceu próximo das comunidades através das filiais locais, mas também conseguiu manter a sua relação com o governo a fim de obter acesso e atravessar postos de controle. A Sociedade Nacional foi acusada ora de ajudar os rebeldes, ora de estar próxima demais do governo.

“Enfrentamos riscos enormes, mas estamos comprometidos com a neutralidade”, diz o voluntário Zaki Malla Aref, do Crescente Vermelho Árabe Sírio. Segundo ele, a maioria das organizações de ajuda da região ajudam um ou outro lado do conflito. Por isso, as pessoas não estão acostumadas com a ideia de uma assistência humanitária neutra e independente. “Quando um grupo nos pergunta ‘Quem são vocês?’, pode ser um problema. Temos de dizer que somos o Crescente Vermelho Árabe Sírio e não estamos com este ou aquele grupo.”

Sociedade Nacional em tempos de paz

Antes que os primeiros tiros fossem disparados durante manifestações de rua em 2011, o Crescente Vermelho Árabe Sírio era uma típica Sociedade Nacional que mantinha uma estreita relação com o governo. Mas os voluntários haviam tido certa preparação. A seca e a chegada de refugiados do Iraque lhes deram experiência em trabalho de emergência. O treinamento oferecido por outras Sociedades Nacionais, pelo CICV e pela Federação Internacional ajudou a lançar as bases para uma resposta neutra e imparcial quando a guerra civil eclodiu.

Os voluntários devem respeitar os Princípios Fundamentais.
Na imagem: voluntários do Crescente Vermelho Árabe Sírio prestam ajuda humanitária durante o conflito.



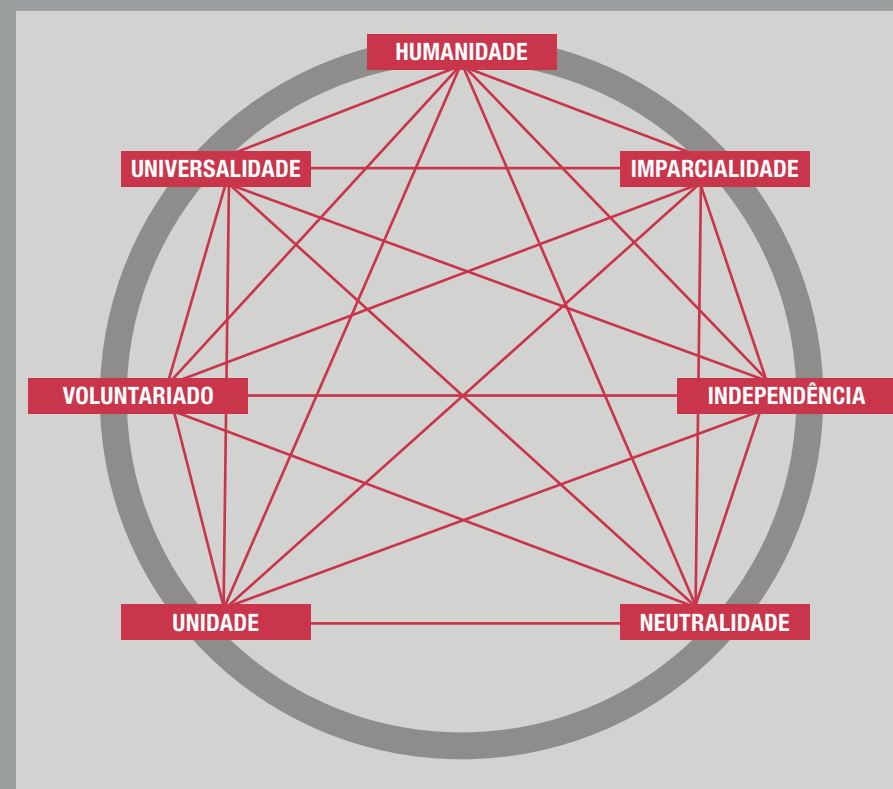
Voluntários do Crescente Vermelho Árabe Sírio promovem a confiança entre as comunidades e as facções políticas com o respeito pelos Princípios de neutralidade e independência. Podem, portanto, proporcionar importantes serviços de saúde, como vacinações contra a pólio (na imagem).

Ao fazer isso, o Crescente Vermelho Árabe Sírio afirmou sua independência. A fim de agir em conformidade com o Princípio de humanidade, a organização procurou ser imparcial e ajudar quem mais necessitava, tanto em áreas controladas pelo governo como por grupos de oposição. O trabalho foi facilitado pelo fato de que as filiais do Crescente Vermelho em todo o país representavam uma ampla gama de comunidades afetadas pelos confrontos, e portanto os Princípios de unidade, universalidade e voluntariado permitiram que a organização operasse de forma eficaz.

No entanto, nenhuma preparação ou adesão aos Princípios Fundamentais é um escudo perfeito durante tempos de guerra. Apesar de a resposta do Crescente Vermelho Árabe Sírio ao conflito ter sido feita com base nos Princípios, muitos dos seus voluntários foram mortos, feridos, sequestrados ou detidos. Ainda assim, a preparação, o treinamento, a experiência e o apoio tornaram o Crescente Vermelho Árabe Sírio o principal provedor de assistência humanitária na Síria.

PRINCÍPIOS INTERCONECTADOS:

De que maneira os Princípios Fundamentais dependem uns dos outros?



Agir de acordo com o Princípio de humanidade envolve o respeito por todos os princípios. Mas a capacidade de ser imparcial – ou seja, ajudar os mais necessitados, sejam eles quem forem e onde quer que estejam – é essencial. Para colocar a imparcialidade em prática, o Crescente Vermelho Árabe Sírio precisou mostrar que era neutro no conflito ainda que trabalhasse com o governo. Também precisou que as pessoas das filiais exercessem o voluntariado colocando em prática a humanidade. Contar com filiais em todas as partes do país profundamente dividido e estar aberto a todos os sírios – tal como exige o Princípio de unidade – permitiu que o Crescente Vermelho Árabe Sírio afirmasse a independência operacional em relação a qualquer parte do conflito, o que por sua vez possibilitou que os voluntários trabalhassem de forma neutra e imparcial em todos os lados das linhas de batalha. E como o Crescente Vermelho Árabe Sírio está conectado a uma rede mundial, pôde mostrar os seus vínculos com objetivos e ideais humanitários universais, não com interesses políticos locais. Nesse sentido, a unidade e a universalidade criaram as pré-condições necessárias para uma ação humanitária imparcial, neutra e independente que pode ter a confiança de todos os lados do conflito.



Guiado pelos Princípios, o Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho faz todo o possível para chegar às pessoas necessitadas. Na imagem: integrante da equipe de emergência do Crescente Vermelho Palestino distribui cobertores e outros artigos de primeira necessidade durante uma tempestade de neve em Gaza e na Cisjordânia.

FONTES E RECURSOS

Estes relatórios, artigos e links da internet formam a base dos textos do presente documento e são excelentes fontes para aqueles que querem saber mais sobre os Princípios Fundamentais em ação.

(1) Os Princípios Fundamentais da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, Comentário de Jean Pictet, advogado do CICV e colaborador das Convenções de Genebra de 1949.

www.ifrc.org/PageFiles/40669/Pictet%20Commentary.pdf

(2) "Principles guiding humanitarian action", *International Review of the Red Cross*, Vol. 97, No. 897-898, 2015.

www.icrc.org/en/international-review

(3) Website dedicado aos Princípios Fundamentais do Movimento da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho:

www.fundamentalprinciples.today

(4) Fiona Terry. "The International Committee of the Red Cross in Afghanistan: reasserting the neutrality of humanitarian action", *International Review of the Red Cross*, No. 881.

www.icrc.org/eng/resources/documents/article/review-2011/irrc-881-terry.htm

(5) Cruz Vermelha Britânica, CICV e Cruz Vermelha Libanesa. "Principles in action in Lebanon." 20-12-2012 Publication Ref. 4128

www.icrc.org/eng/resources/documents/publication/p4128.h

(6) Sorcha O'Callaghan and Jane Backhurst, Cruz Vermelha Britânica. "Principles in action in Somalia." Elaborado em colaboração com o Crescente Vermelho Somali dentro do projeto Princípios em Ação. Para mais informações, por favor entre em contato com HP@redcross.org.uk ou visite www.redcross.org.uk

(7) Pierre Krähenbühl. "The ICRC's approach to contemporary security challenges: A future for independent and neutral humanitarian action" 30-09-2004 Article, *International Review of the Red Cross*, No. 855.

www.icrc.org/eng/resources/documents/misc/66cm82.htm

(8) Marco para um Acesso Mais Seguro. O Marco para um Acesso Mais Seguro oferece uma maneira prática de registrar e superar barreiras, riscos e desafios enfrentados pelas Sociedades Nacionais na realização do seu trabalho humanitário, com base na situação, na experiência recente e em possíveis cenários futuros.

www.icrc.org/en/what-we-do/cooperating-national-societies/safer-access-all-national-societies

(9) Princípios e Valores da Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho

www.ifrc.org/principles

www.ifrc.org/Global/Documents/Secretariat/201506/747leaflet-EN-FINAL.pdf

(10) Revista da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho.

www.redcross.int

MISSÃO

A Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho é a maior rede humanitária de trabalho voluntário do mundo. Com 189 Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho no mundo todo, a Federação está presente em cada comunidade, alcançando 160,7 milhões de pessoas por ano através de serviços de longo prazo e programas de desenvolvimento, assim como 110 milhões de pessoas através de programas de resposta e recuperação após desastres. Age antes, durante e depois dos desastres e emergências de saúde para satisfazer as necessidades e melhorar a vida das pessoas vulneráveis, independentemente da nacionalidade, raça, sexo, crenças religiosas, classe e opiniões políticas.

O Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) é uma organização imparcial, neutra e independente cuja missão exclusivamente humanitária é proteger a vida e a dignidade das vítimas dos conflitos armados e de outras situações de violência, assim como prestar-lhes assistência. O CICV também se esforça para evitar o sofrimento por meio da promoção e do fortalecimento do direito e dos princípios humanitários universais. Fundado em 1863, o CICV deu origem às Convenções de Genebra e ao Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho. A organização dirige e coordena as atividades internacionais que o Movimento conduz nos conflitos armados e em outras situações de violência.



CICV



Federação Internacional das Sociedades
da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho